



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2276/03	DATA: 11/12/03
INÍCIO: 10h38min	TÉRMINO: 15h37min	DURAÇÃO: 04h58min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h58min	PÁGINAS: 91	QUARTOS: 60

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Promotora de Justiça da Comarca de Santo Antônio de Jesus, Estado da Bahia.
REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Secretário de Direitos Humanos do Partido dos Trabalhadores no Estado do Ceará.
GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE - Delegado de Polícia Civil do Estado do Ceará.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 19ª reunião. Bom dia Srs. Deputados, bom dia telespectadores da *TV Câmara*. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Colbert Martins. Está em discussão a ata. Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Distribui cópias das correspondências recebidas pela CPI, as quais encontram-se à disposição dos senhores membros para análise na Secretaria da Comissão. Ordem do Dia. Audiência pública com os convidados Ana Rita Cerqueira Nascimento, Promotora de Justiça da Comarca de Santo Antônio de Jesus, no Estado da Bahia; Guilherme Sérgio Tavares Cavalcante, Delegado de Polícia Civil do Estado do Ceará, e Regino Antônio de Pinho Filho, Secretário de Direitos Humanos do Partido dos Trabalhadores no Estado do Ceará. Convido os senhores a fazerem parte da Mesa. Item 2 da pauta. Apreciação de requerimentos. Item 3. Discussão e votação do relatório sigiloso da diligência realizada nos Estados da Paraíba e Pernambuco, no período de 27 de novembro a 5 de dezembro deste ano. Esta audiência pública decorre da aprovação dos Requerimentos nº 40 e 41, ambos de autoria do Deputado Luiz Couto. Os Deputados que quiserem fazer uso da palavra devem se inscrever junto à Secretaria da Comissão. Passo a palavra à promotora Ana Rita Cerqueira Nascimento por até 20 minutos, prorrogáveis caso haja necessidade. Tem a palavra V.Exa.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Bom dia a todos os presentes. Eu creio que 20 minutos não serão suficientes para expor tudo aquilo que eu desejo expor. Sou promotora há cerca de 9 anos e, em Santo Antônio, estou há quase 4 anos; sendo que, desses 4 anos, 3 anos e 2 meses na Vara Crime. E a cerca de ano e meio atrás, quase 2 anos, tenho tido notícias de ação por parte de membros da Polícia Militar, em sua grande parte, e Civil na prática de crime. Contra quem? Contra indivíduos com histórico policial já, ou seja, que já têm ações penais e



até mesmo condenações. Só que, os senhores sabem muito bem que o medo impede até que as vítimas e a família revele ou fale o que sabe. Só que, no ano passado, digamos, ano passado, mais ou menos no mês de maio — abril, maio —, algumas mães se dirigiram a mim noticiando o desaparecimento de seus filhos, dentre eles Paulo Libinitz, que até hoje não foi encontrado. Junto com o Fórum de Direitos Humanos, com a Sra. Ana Maria Santos, a Presidente desse Fórum lá em Santo Antônio, passei a ouvir algumas pessoas que tinham relatos, históricos, em sua grande parte como um grupo encapuzado em um carro sem placa, com vidros escuros seqüestrou A, seqüestrou B e, desde então, nunca mais foram vistos. Em agosto do ano passado solicitei à Procuradoria a minha designação especial para investigar tais fatos, o que saiu no *Diário Oficial* do Estado no dia 23/08/2002, salvo engano. Eu tenho uma cópia disso tudo aqui para que os senhores vejam, eu vou deixar aqui. E a Procuradoria assim o fez, em que pese à época ser titular da Vara Crime e fazer parte das minhas atribuições esses fatos, para que investigasse um pouco mais a fundo e propor até mesmo inquérito policial. O caso era de tal seriedade que eu pedi a designação especial, que me foi dada. E aí eu devo frisar aqui o apoio dado pelo Procurador-Geral Aquiles Siquara Filho, um homem que tem história, um homem que tem luta e que, graças a ele, hoje eu pude estar, hoje eu posso ter uma ação penal contra 5 policiais, dentre os quais 4 militares e 1 civil. Voltando, as investigações por mim seguiram. Só que há um tempo eu venho tentando, o Delegado Regional à época, Dr. Seixas Torres, nós tivemos alguns entraves. Por quê? Cobrava dele a sua atuação. Cobrava dele a atuação efetiva enquanto coordenador de uma cidade como Santo Antônio, de grande porte, com cerca de 100.000 habitantes, uma 3ª entrância, uma regional, o que ficava aquém. O que foi feito? Há mais de 2 anos eu vinha oficiando a Procuradoria e ela remetendo à Secretaria de Segurança Pública — à época a Sra. Kátia Alves é quem era a Secretária —, pedindo providências quanto a esse fato, noticiando a situação precária da cadeia pública local, que era uma verdadeira pocilga, infestada. Mães, parentes iam lá falando do quê? Falando das celas, em época de chuvas, transbordava excrementos. Era assim que estava a cadeia pública de lá, o complexo regional de lá. O que foi que eu fiz? Fiz o que me cabia, oficial pedindo providências. Isso foi feito por cerca de 1 ano: a Procuradoria remetendo à Secretaria de



Segurança Pública e nenhuma resposta. Por último, em julho do ano passado, junho, julho, cheguei ao meu limite. O que foi que eu fiz, então? Propus a ação de interdição da cadeia pública — que eu tenho cópia aqui e os senhores vão tê-la também —, e, concomitantemente, representação por improbidade administrativa contra a Dra. Kátia Alves. Representei porque eu cheguei ao meu limite. Quando você tenta pelas vias administrativas oficial pedindo que se chegue a uma solução e não a encontra, a única medida que eu tive e que me cabe, que a lei me dá, é essa: interdição, o pedido, e a representação contra. O que foi feito. Bom, em abril deste ano eu saí da Vara Crime e fui para a Vara Cível, passando para o colega, então, da Vara Crime, as investigações quanto aos extermínios havidos, algumas mães falavam, e as torturas também. Só que o Procurador-Geral, por crença, não sei bem, aí me impede falar sob o risco de não estar aqui me idolatrando, o Procurador pediu para que eu retornasse ao caso, a esse caso, Aquiles, acreditando que, pelo meu histórico na Vara Crime, eu estaria mais afeita ao papel. E assim o fiz, retornei a esses casos. Em setembro último, a Sra. Asma Jahangir, Relatora da ONU, esteve presente em Santo Antônio de Jesus, em razão dessas notícias de grupos de extermínio. E, infelizmente, eu fiz um relatório a ela — e passo cópia também aos senhores. Tive que expor a ela o que, basicamente? Em que pese as investigações feitas, a propositura de inquérito policial por mim feita no dia 4 de setembro do ano passado, onde eu mando ofício pedindo a instauração desse inquérito policial para que averigüe esses fatos e que não chegou a termo até hoje, esse inquérito. O medo dessas mães e dessas outras vítimas de tortura era o meu maior empecilho a que chegasse efetivamente a provas e depoimentos robustos a propor uma ação. Só que, como todos aqui sabem e viram o que foi noticiado pela imprensa toda, no dia 9 de outubro, cerca de 20 dias após a ida dela lá, morreu Gerson de Jesus Bispo, o mecânico que, frente até ao Deputado aqui presente, em agosto, lá em Santo Antônio, ofereceu denúncia contra policiais militares da morte de um seu irmão, Antônio Carlos, que era um homem que tinha histórico, ações penais, tal e tal, ação penal, salvo engano, histórico policial, e que tinha sido morto. E ele atribuía essa morte dele, o que consta como em conflito com a Polícia, atribuía, assim, a extermínio. Gerson esteve comigo no ano passado, em agosto, logo após a morte desse irmão dele, e eu disse a ele, ofereci a ele PROVITA, disse a ele que ele



poderia depor. Mas ele se recusou terminantemente, porque ele não queria sair da cidade, porque ele tinha família, ele tinha medo. O irmão já estava morto mas outros poderiam ser, da família e tal, e não quis. Outubro agora, dia 9, ele foi morto, como eu disse antes, 20 dias após a estada da Relatora da ONU lá. E aí os senhores sabem o que houve, a imprensa toda noticiou fartamente. Aí, então, veja o que eu costumo dizer sempre brincando: Santo de casa não faz milagre. Foi necessário uma Relatora da ONU chegar, foi necessário Gerson Bispo ser morto para que as pessoas quisessem falar. E aí não parou mais. Algumas das vítimas de tortura quiseram falar, quiseram dizer o que já tinham sofrido, o que já tinham passado e eu não parei mais. Foi quase 1 mês de oitivas, de termos e por aí vai. Com tudo isso, eu tive o quê? Material razoável com indício de autoria para propor essa ação penal. A Ação Penal nº 393/03, que eu dei entrada em outubro desse ano — está aqui cópia da minha peça inicial — contra esses 4 outros policiais, são 4 policiais militares e 1 civil. Ontem até, eu devo dizer, o Deputado queria que eu viesse aqui dia 9, mas só que ontem foi audiência de instrução, oitiva das testemunhas de acusação, cujos termos eu trago, de 5 delas, foi de 8 e meia da manhã, 9 até às 4 da tarde e nem assim demos para ouvir todas as 8. Fracionou porque, ontem, os serventuários deflagraram uma greve e, graças ao sentimento de justiça deles, concordaram em fazer essa única audiência. Só que até certo horário eles não iriam passar mais e pronto. O que é um pleito deles e não me cabe entrar no mérito agora. Mas estão aqui todos os termos das 5 que foram ontem ouvidas no Fórum e todas corroboram todos os termos dados, em que pese a defesa tentar descaracterizar o termo dado frente ao Ministério Público, argüindo por vezes até induzimento ou coisa que o valha, mas é matéria de defesa. E todas estão aqui, falaram, corroboraram e disseram. Dentre eles, Sílvio Matos que fala do desaparecimento de Paulo Libinitz, que sumiu no mês de maio do ano passado, salvo engano, e até hoje nunca mais apareceu, e ele viu quando um desses policiais colocou Paulo no seu carro e, desde esse dia então, ele nunca mais foi visto. Eu queria antes relatar, deixar claro aos senhores uma outra coisa: eu sou do Ministério Público, a minha função é promover justiça, a minha função é defender a sociedade, até por vezes dela mesma. Quando, como o Deputado me perguntava há pouco se eu sofri ameaças de morte, eu digo que não. Por quê? Porque esses senhores, ou



eles, ou quem quer seja, ou quem quer que o valha, sabe que o simples telefonema para dizer que vai me matar ou coisa do tipo não iria surtir efeito, teria que ser uma ação mais efetiva. Não é? E eu acho que eles entendem que não é muito inteligente ceifar a vida de um Promotor. Dois, eles estão agindo de uma outra forma e de uma forma até mais inteligente, tentando denegrir a ação, a imagem do Ministério Público local e a minha pessoa. Como? Com cartas apócrifas, é claro, que são espalhadas pela comunidade falando que eu sou arbitrária, a juíza também, que defensora de bandidos, que a Polícia não pode trabalhar porque o Ministério Público não deixa, porque pais de família são mortos enquanto bandidos estão soltos. Bem, volto a dizer... Aqui é outra carta, Deputado, que o senhor teve essa aqui em mãos, esta daqui já e uma segunda. Muito bem, senhores, a minha defesa é da legalidade, até onde eu sabia, até onde eu veja a Constituição pátria diz que não há pena de morte, não há penas perpétuas nem cruéis. É isso que eu faço, defender a legalidade. Se quem comete crime, bandido, cadeia, pena, Código Penal está aí, o devido processo legal também. E me cabe fazer isso, como sempre fiz durante toda a minha carreira. Da mesma forma que se um agente público comete crime deve responder por ele. E essa é a minha função, é defender a legalidade. Hoje, há um protesto — velado não mais, ele é claro —, porque os policiais dizem que não podem trabalhar sob pena de serem presos pelo Ministério Público. A pergunta é: trabalha-se como? Desobedecendo a lei? É isso que a Polícia local quer falar para mim e para todos, que elas só podem prender, agir, se for agindo contra a lei, se for torturando, matando? Vamos regredir e voltar à Lei de Talião, olho por olho, dente por dente? E nós? E o Estado de Direito? E o juiz fica onde? Hoje, a Polícia quando fala — e esse tipo de carta é publicada falando que o Ministério Público defende bandidos — quer dizer o quê? Que devemos institucionalizar tacitamente ações como essa? Ou seja, garantir a eles que podem matar, bandido pode ser morto de qualquer forma porque é em defesa da sociedade? Aonde é que nós vamos parar? Eu repito, a minha defesa é da legalidade. O dia em que a Constituição for alterada dizendo que há pena de morte, então vai haver um devido processo legal, até que se chegue a essa condenação. Antes disso, a minha função é reprimir esse tipo de ação, que se torna uma bomba-relógio. Hoje, diz-se que limpa-se a cidade de bandidos, amanhã pode ser um desafeto, amanhã pode ser o vizinho porque olhou torto para ele. Aonde é



que nós vamos chegar? Então, vim aqui depor hoje porque tenho sofrido diretamente, como eu já disse — eles são mais inteligentes —, ataques pessoais também e combate a nível da comunidade local em seus pontos-chaves. Como um dos advogados disse para uma rádio local — eu trouxe a fita aqui, o senhor pediu para mim naquela outra vez —, em que ele diz que a associação comercial defende esses policiais. A fita está aqui, da rádio, ele diz isso. Quer dizer, a partir do instante que um advogado fala que a associação comercial da cidade patrocina, defende, está ao lado, eu não tenho muito mais o que falar. Apenas de que a minha função, a função do Ministério Público vai ser sempre, diuturnamente, realizada. Isso, não tenho sombras de dúvidas. E, com isso, não sei se eu já cheguei ao meu prazo de 20 minutos. Se os senhores quiserem abrir para as perguntas, eu estou aqui à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, convidados aqui, Dra. Ana Rita, Dr. Guilherme, Regino, em primeiro lugar, quero dizer da alegria de tê-la, Dra. Ana Rita, aqui nesta CPI colaborando. Como V.Sa. disse, o seu trabalho é de defender os interesses da sociedade, investigando e denunciando aqueles que estão querendo ser mais do que a lei, ou querendo se sobrepor à lei e fazendo com que eles se proclamem como a própria Justiça, que quer limpar a cidade. Mas, na realidade, estão a serviço também do crime. No caso que nós estamos vendo aí, Dra. Ana, há uma ação de desqualificação tanto do Ministério Público como da Justiça local também. Quer dizer, a juíza também é colocada, tem sido alvo também. E os defensores de direitos humanos também, que são desqualificados como se direitos humanos estivessem defendendo bandidos, criminosos. O que nós estamos querendo é que aqueles que cometeram crimes devem ser punidos na forma da lei, mas ninguém tem o direito de tirar a vida ou, mais do que isso, de que isso seja motivo para as pessoas ganharem dinheiro com isso. Isso é o que é mais grave. Ou seja, são contratados para fazer o trabalho que eles chamam de limpeza. E com V.Sa. disse, isso pode acontecer no momento em que começa também as ameaças agora com autoridades. E é claro que matar uma promotora que tem o reconhecimento do Estado, o reconhecimento nacional, que



tem o apoio da Procuradoria de Justiça do Estado, não é fácil. É melhor matá-la moralmente, matá-la politicamente, desqualificar. Naquele dia em que estive lá, tinha uma nota de convocação dos Filhos da Terra, do Padre Mateus, que eram os irmãos de Santo Antônio. E havia toda uma convocação no sentido de que estavam sendo... desqualificando a cidade, que a cidade estava perdendo com isso e que era preciso dar um basta. E dizia que era uma vergonha, que isso levava à população ao mar da descrença da Justiça e solicitava que a senhora procurasse repensar as suas atitudes. E aí, novamente, desqualificava, dizendo que eram atitudes arbitrárias, perversas, inseqüentes, desequilibradas, etc. Mas, depois vem, e essa primeira... É a segunda, essa segunda, aqui no fax parece que tem, não sei de onde, foi o escritório...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem nada a ver não?.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Não. Ele foi que cedeu...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele encaminhou para a senhora.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas no segundo é uma convocação dos advogados.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Para os advogados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque, segundo eles, estão acusando tanto a senhora quanto a juíza de desatino, de arbitrariedade, de necessidade de aparecer, de atitudes impiedosas, de acobertadores de bandidos cheios de asas, é usado o nome. E usa até uma linguagem chula, dizendo que os advogados devem reagir porque eles estão lambendo as botas das autoridades impiedosas. E que a cidade está em polvorosa, intranqüila, descrente, temerosa. Essa segunda carta revela que parece que há, da parte daqueles que estão querendo colaborar com o crime de extermínio, de dizer: *“Vamos fazer com que a imagem, tanto da juíza como da promotora, sejam colocadas numa.... E que a população comece a ouvir essa mentira. E que essa mentira, quando dita muitas vezes, se torne uma verdade de que vocês...”* Além dessa atividade, dessas cartas aqui, a senhora fala dessa atitude de denegrir a imagem do Ministério Público e também da... Essas cartas, além de chegarem a escritórios de advocacia, essas cartas são espalhadas na cidade toda?



A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Pela cidade toda, na cidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em forma de panfletos?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Panfletos. São pessoas contratadas para isso, ou não?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Na calada da noite.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na calada da noite. A senhora pode responder.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Na calada da noite, ninguém sabe exatamente. Quem cedeu essa primeira carta foi a minha secretária, que teve acesso em uma loja do comércio local. A segunda, pelo advogado Dr. José Reis Filho — por favor, desconsiderem, aqui em cima, esse nome, porque o nome dele... foi ele quem passou para mim o fax —, que tinha chegado no escritório dele. Passaram por baixo da porta e tal. Ele e de todos os advogados. É que vários deles ligaram para mim me dando apoio, disseram que é uma coisa absurda, tal e tal. E também já tive notícia de que essa mesma outra nota já se encontra em outros locais. Então, é um trabalho, como eu disse, muito mais inteligente: de tentar minar a credibilidade do Ministério Público junto à comunidade local. Porque, por incrível que pareça, isso é que eu acho perfeitamente interessante, na minha estada lá, enquanto vara crime... E dizem que eu sou muito rígida, porque eu, realmente, acredito na aplicação da lei, me falam os advogados... falavam muito que eu era muito rígida na hora da denúncia, na hora do parecer, e tal. Hoje, eu não sou mais rígida. Hoje, porque os réus são policiais, eu sou defensora de bandidos. Então...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E na questão da... Parece que um dos problemas que a senhora encontrou é na chamada elaboração dos inquéritos.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Os inquéritos, quando ocorre inquérito em que essas pessoas são executadas, como é que eles são? São malfeitos, são... Até há casos de inquéritos que não são instaurados, ou seja, ficam no esquecimento? Como é a questão dos inquéritos policiais com relação a essas mortes?



A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Veja bem, como eu disse antes, até agosto do ano passado, eu tive que travar uma verdadeira luta com o delegado regional de lá, que saiu em setembro, início de setembro... final de agosto, início de setembro, em razão da omissão, em razão de várias notícias de crime chegarem a mim, informalmente. Porém, o inquérito policial, nunca. Ou seja, Paulo Libinitz — esse por, exemplo, que até hoje ninguém sabe onde está o corpo, também não apareceu, coisa e tal —, o desaparecimento dele foi em maio do ano passado, coisa que o valha, e até então o inquérito policial noticiando isso, em que pesem a mãe, os pais e todos terem estado na cadeia pública, à época, dado a notícia do desaparecimento e tal, nunca chegou-se. E até mesmo o inquérito que eu requisitei instauração, no ano passado, setembro, dia 4 de setembro — a cópia está aqui —, até hoje não teve termo, até hoje não chegou ao seu fim. E aí, senhores, toco em um tema sensível, hoje: a investigação pelo Ministério Público, que é imprescindível e que é possível, em que pese ela não esteja expressa — e aí, vale aqui, eu preciso expor os meus sinceros agradecimentos aos Deputados Antonio Carlos Biscaia e Sigmaringa Seixas, que propuseram a Emenda nº 197/03. Assim, eu tive a notícia, via ofício, recente, pedindo que o inciso IX do art. 129, que trata das atribuições do Ministério Público, seja mudado, alterado, para que venha expressamente a investigação criminal pelo Ministério Público. Por quê? A Polícia fala que é competência exclusiva dela. Não está posto isso no art. 144, § 4º da Constituição, que não é exclusiva. Não está posto, não é terminal, não é fim da polícia judiciária. Nos cabe, também... nos cabe propor o inquérito, diligenciar, notificar, pedir informações. Quem pode mais, pode menos oferecer denúncia. E, graças a esse trabalho de investigação, feito por mim, é que temos uma ação penal hoje. Porque os outros mortos que as famílias reputam como tendo sido exterminados, consta, é auto de — desculpem — resistência, lavrado pela Polícia. Ou seja, morreram em troca de tiros, ou coisa desse tipo. Então, por favor, nós precisamos., o Ministério Público, a nível nacional, precisa desse suporte, precisa disso: de vir expressamente... a nossa possibilidade de investigação criminal é necessária, é urgente. Nós precisamos disso, em nome da legalidade, em nome da boa instrução criminal. O Ministério Público precisa disso.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma situação, Dra. Ana Rita: Santo Antônio de Jesus, quando se de fala Santo Antônio de Jesus não se resume apenas ao Município.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa relação acontece em que outros Municípios? Porque nós tivemos, inclusive, terça-feira, aqui, à tarde, a presença da juíza, Dra. Valdeniza, lá de Limoeiro, e o Dr. Promotor Guilherme, em que eles disseram que alguns inquéritos que foram instaurados naquela região tinham vinculação com pistoleiro de Esplanada, e também de Feira de Santana e outras regiões da Bahia. Que cidades também, nos depoimentos, que aparecem? E existe alguma nessas suas investigações? Como é que são, principalmente, com o Espírito Santo e com o Estado, também, de Minas Gerais e outros Estados? Se isso aparece. Primeiro, os Municípios onde é citada, também, a existência dessa ação de extermínio, de execução, e se há alguma conexão com outros Estados.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Veja bem, a notícia chega aqui. Feira de Santana, que seria um outro pólo, porque Feira também é uma cidade extremamente grande, é a maior cidade do interior da Bahia. E Feira fica a apenas 100 quilômetros de Salvador. Que já há relatos — relatos, digo, não oficiais a mim — , relatos de que há histórico de também mortes dessa forma. Nas cidades próximas a Santo Antônio, relatam, ali perto, Laje, mas não como pólo onde haveria grupos, mas como local para desova, seria esse o termo. Mutuípe, Ubaíra, cidades próximas. No que tange à relação com outros Estados, isso nunca me foi dito, nunca me foi levantado, nunca ninguém disse que A, B ou C, que agia aqui ou acolá, estaria agora naquela cidade. Então, quanto a isso, eu não tenho relato algum a fazer.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a vinculação desses crimes? Aquela região, também, parece que é uma região onde acontecem roubos de cargas.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Roubo de carga.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De caminhão, tráfico de drogas...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Não, com certeza. Santo Antônio, senhores, ela cresceu, ela está à margem da 101, da BR-101, que o senhor sabe que liga o Nordeste ao Sul. É enorme a estrada. E ela, ali, é uma porta aberta:



tráfico de drogas, roubo de carga. No ano passado, eu ofereci denúncia contra Thomaz Iraci Guedes e mais 4 outros, por roubo de carga. Era um senhor conhecidíssimo na região. E eis, porque um dos meus embates com o antigo regional de lá. Havia mandado de prisão expedido contra este senhor, e ele morava na cidade, e não era cumprido o mandado. Morando na cidade de Santo Antônio, e o mandado não era cumprido. E um homem com notícia de prática de roubo de carga. Tanto que, com a saída dele de lá, em setembro do ano passado, agosto do ano passado, imediatamente Thomaz Iraci foi preso. Encontra-se preso, ainda. Ofereci a denúncia, em 4 laudas, por roubo de carga. Então, é uma cidade, em razão até de ser um pólo econômico muito grande, que atrai todo esse tipo, tráfico também. Então, é uma cidade que requer extremo cuidado e atenção, por parte da Segurança pública.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa ação, disse a senhora, é uma ação praticada, na grande maioria, por policiais militares e civis, e que estariam envolvidos. A senhora denunciou 4 policiais militares...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Quatro militares e um civil

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E um civil.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas não se resume apenas a isso, não. Tem outras denúncias de outros policiais, também, já que... mas não se conseguiu, ainda, identificar a ação deles. Nesse caso, através dos depoimentos das testemunhas, se conseguiu fazer todo o histórico, para que fosse solicitada a prisão dos 5.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas há outros policiais militares e civis envolvidos nessa prática criminosa?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Veja bem, a notícia que chega é de um ou outro ligado ou que dê suporte a isso. Mas eu apenas, na minha ação, consegui formar um vínculo, quanto aos fatos, desses 5. Notícia... até a Ana Maria Santos já ligou para mim falando que, face a essa ação penal e à prisão desses 2 primeiros, há mais pessoas querendo denunciar, querendo falar da ação de outros tantos. Então, hoje, eu não posso nominá-los, eu não posso falar que há



mais 2, mais 3, mais 4, mas que já há notícias de que existem pessoas querendo trazer novas notícias quanto mais alguns outros policiais, em sua maioria — aí é que está —, militares.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora disse que no dia 10... inclusive, solicitou que viesse hoje, porque não poderia nem no dia 9, nem no dia 10...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Ontem. Ontem foi a oitava...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No dia 9, porque iria preparar, porque no dia 10 teria essa audiência de instrução.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas nós temos a informação de que 2 pessoas que se encontravam presas, e que eram testemunhas, tinham sido... O termo não é usado pela senhora, mas é o termo que eu uso. Seria forjada uma fuga, e que eles também teriam sido... Esses foram ouvidos ou estão desaparecidos?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Não, foi uma situação, devo dizer, difícil. São Sílvio de Matos Bonfim e Honorato Reis. Em 28 de outubro... dia 27, a mãe de Sílvio esteve comigo, desesperada, falando o quê? Sílvio, no dia 15 de outubro, tinha prestado novo depoimento a mim — que está aqui, também —, na frente da advogada dele, falando desses fatos e mais outros fatos, quanto à tortura, e a Paulo Libinitz, do sumiço dele. Ouvi por termo, juntei na minha peça e ofereci a denúncia. Bem, isso foi dia 15, mais ou menos, e a minha denúncia foi protocolada dia 20, salvo engano. Dia 26, Sílvio e Honorato foram transferidos, sem qualquer aviso prévio, para a cidade de Mutuípe, a cadeia pública de lá. Eles estavam em Santo Antônio. A mãe esteve comigo, a mãe de Sílvio, desesperada, falando que após a ida dele para essa cidade, já tinham estado lá 2 senhores dizendo-se policiais, falando para ele que não fugisse, que fugir não era inteligente, que não era uma boa coisa, que quem foge, morre. Tudo isso está em termo, que os senhores vão ter acesso também, aqui estão todas as cópias. Imediatamente, no outro dia, dia 28, dirigi-me à cidade de Mutuípe, requisitei a presença dele na promotoria local, e ouvi, por termo, junto com a outra promotora da cidade, mais outras pessoas. E Sílvio disse que teria sido procurado, sim, por esses 2 senhores, no cárcere local — eles teriam entrado nesse cárcere —, e teriam dito a ele: *“Olhe, você está aí, você falou, você fala muito — coisa do tipo —, mas, olha, não fuja não,*



porque fugir não é bem, fugir não é inteligente. Se você fugir... olha, se você fugir, periga morrer". Ele me deu isso, por termo. Procurei, então, o juiz da ação por onde ele está preso, que é o juiz de Laje, cidade próxima a essa outra cidade, Mutuípe, e ele me deu certidão dizendo que não havia autorizado transferência alguma de Sílvio e Honorato, que para ele até era desconhecido o fato que eles tinham saído de Santo Antônio e estavam lá, agora, em Mutuípe. Tudo bem, passei a apurar, então. Isso agora, dia 28 de outubro. Dia 27, me ligam com a notícia de que Sílvio e Honorato haviam fugido da cadeia de Mutuípe. Eu entrei em pânico, porque há menos de 1 mês, até 1 mês atrás, e já tinha me dito dessa visita que havia sofrido. Fui direto à Secretaria de Segurança Pública levando tudo o que eu tinha. O Procurador-Geral, mais uma vez, me deu todo o suporte para isso, e é algo que eu não vou ter como ser grata a Aquiles, nunca, por ele acreditar no que está sendo feito, hoje. É postura dele acreditar, postura pessoal, diga-se de passagem. E é por isso que eu me sinto honrada, hoje, em tê-lo como o nosso Procurador-Geral, é um homem sério, é um homem de luta. E, imediatamente, ele entrou em contato com a Secretaria de Segurança Pública. Eu fui para lá, falei, e, imediatamente, agentes da Corregedoria desceram para Santo Antônio para saber o que tinha havido. Três dias depois, Sílvio e Honorato apareceram. E Sílvio disse a mim, e está por termo aqui também, os senhores vão ter acesso a esse termo: *"Doutora, nós saímos. Saímos, porque o carcereiro propiciou a fuga. Abriu a cela 'podem fugir'."* Disse que, em troca, queria 100 ou 150 reais por uma serra, que foi dada, que ele queria... dada a serra, eles poderiam fugir, e tal". E 2 dias depois, Sílvio buscou a advogada dele... Os, porque são 2. E queriam falar e se entregar, desde que fosse na sede do Ministério Público, em Salvador, e que eles tivessem a garantia de que não iriam sofrer mais esse tipo de ameaça. O que foi feito? Foram ouvidos, na sede da Procuradoria, por mim e pela Dr. Norma Angélica, que é a Coordenadora do CAOCRIM, em Salvador. Ontem, estavam lá... E ontem, Sílvio depôs e reafirmou tudo o que tinha dito antes quanto ao que ele sabia, quanto à morte de Paulo, do sumiço de Paulo, e até às próprias torturas sofridas. E o mais interessante, senhores, e é que aí eu digo, eu tenho o discernimento suficiente... os senhores podem dizer: *"É óbvio, o bandido diz que foi torturado, o bandido diz que a polícia bateu. Expediente normal"*. Só que todas essas pessoas que vieram narrar torturas



sofridas, pessoas que não se conheciam entre si, pessoas que foram presas em épocas totalmente diferentes uma das outras, narravam o mesmo *modus operandi*, exatamente igual, o mesmo: a câmara de ar. E sempre falavam que eles mandavam que, quando tivessem “algo a dar” — entre aspas —, ou seja, falar, batessem 3 vezes com o pé no chão. Ou seja, pessoas que não têm ligação alguma narrando o mesmo fato, a mesma forma de ação, certo? Então, não se trata, mais uma vez, de dizer, atribuir excessivo crédito ao que bandido diz. Não, mas configurou-se um *modus operandi* de ação, exatamente igual. Os carros... todos eles disseram: carros, como um Gol branco, um Uno verde, a Parati cinza. Todos relatam esses mesmos veículos que rondaram cada um deles, antes de sofrerem coisas do tipo... dentro desses carros ou de um ou outro carro. Tem trechos: pá, picareta, corda, câmara de pneu. Quer dizer, foi um *modus*. Eu pude vislumbrar o *modus operandi*.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nesse caso, eles falaram que 2 figuras que aparecem: uma, antes da abertura das celas, para que eles saíssem, o carcereiro... tem uma figura que aparece lá, dizendo para eles não fugirem.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem é essa figura?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Essa se autodenominou, como policial civil, de nome Pereira.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pereira.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Que até hoje não foi possível identificar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o carcereiro?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - O carcereiro? Apenas disse que era, realmente, policial, na época.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas tem o nome do carcereiro?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Eu tenho, doutor. Salvo engano, é Antônio Carlos Buiccar, apelido Buí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi solicitada a...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Ele já está preso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está preso?



A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Preventivamente. Ele está preso preventivamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah! Está bom. Outra coisa, Dra. Ana Rita, é sobre a questão dos carros. Quando nós estivemos em Santo Antônio, foi dito que carros, também, de empresas eram usados com marcas, carros com logomarca. Isso aparece?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Nos depoimentos prestados a mim, não. E nem ontem, no fórum local, na ação penal, não. O que eles citam sempre são esses veículos: um Uno verde, vidros escuros; a Parati cinza, prata, também; e o Gol branco. São os 3 carros que são citados por todos eles. Um ou outro cita o Uno, o Gol, o carro... e mais ainda, um detalhe: na cidade — e, aí, eu digo por saber disso não oficialmente. Porque os senhores sabem, estando na cidade, trabalhando lá, as notícias chegam ao nosso conhecimento, é inevitável. O Gol branco ficou denominado como o carro do FRIGOSAJ. Sabe o que é FRIGOSAJ? É um frigorífico instalado na cidade, abatedouro de carnes. Então, eles chamavam de carne do FRIGOSAJ, porque quem entrava nesse carro era abatido. E está aqui no relato deles, também. A cidade conhecia esses carros, conhecia um desses carros, principalmente o Gol branco, salvo engano, como o carro do FRIGOSAJ.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nessa questão da... são 4 policiais militares.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - E um civil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quais são os nomes desses policiais que estão presos?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora poderia dizer o nome deles, dos policiais?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Dos policiais?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Dois, que estão presos: o Sargento Gilvan Pomponet da Silva e o soldado PM Luis dos Santos Reis, presos em razão de prisão preventiva, solicitada por mim.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E os outros estão foragidos?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Não, não. Os outros 3, Vladimir Reis, Raimundo Ramos e Josias Silva, em que pese ter sido pedida a preventiva, a magistrada local entendeu que não era necessário o decreto, e não assim fez. Só que já tem recurso feito por mim no tribunal, recurso no sentido estrito.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aqueles que querem impedir que a senhora continue fazendo o seu trabalho falam que a senhora tem amplos espaços, no que eles chamam de rádio fofoca e rádio fuxico. São 2 emissoras lá, e que até desqualificam o trabalho da imprensa, não é?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Exato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Da imprensa, no sentido aqui. Mas eu queria saber o seguinte: a senhora entrou com uma representação, uma ação contra a Secretária...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - De Segurança Pública do Estado, à época.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por improbidade.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Por improbidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E, também, interdição da cadeia.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Interdição da cadeia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quais são os encaminhamentos? Como se encontram essas 2 ações, ou seja, a ação de improbidade e ação de interdição da cadeia? Quais foram os passos para que isso fosse concretizado?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Veja bem, aí já é uma situação mais delicada, porque a representação coube a mim. Agora, deflagrar a ação não é mais da minha seara, é da seara dos procuradores. Aí, eu já preciso saber como ela está, porque eu perdi acesso, vínculo a isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seria importante a gente...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - E a interdição, o juiz achou por bem, à época, não dá-la de plano, logo, pedindo informações, em que pese ter pedido o seguimento do feito para que fosse interditada a cadeia, tal e tal...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.



A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Ele pediu que fosse relatado, que o engenheiro estrutural, tal e tal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a cadeia melhorou ou continuou do mesmo jeito?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Aí, imediatamente após a ação e a representação, a secretária chamou o procurador-geral para conversar, para falar, que não... que ela estava atenta a esses problemas, e houve uma considerável reforma, sim, instalação de sistema SAP, computadores. Coisa que não havia, até o ano passado, um único computador. Uma regional tinha máquina de escrever. Eles não estavam sequer conectados ao sistema para que tivessem informações do resto do País. Mas isso depois foi feito, depois da minha ação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dra. Ana Rita, parece que nos autos tem que um dos advogados de um dos presos...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Argüiu a minha suspeição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E ele é defensor público? Aquele mesmo que é defensor público? E que tem um escritório...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Dr. Raul Palmeira é em um período anterior à Constituição.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas ele é também defensor público?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - É. Mas há possibilidade de advogar. Como eu disse, ele é em um período anterior à Constituição. E entrou, sim, com a suspeição, dizendo que, quando Luis dos Santos Reis foi ouvido frente à Polícia Federal, eu estava presente. Como está posto, no art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 8.072/90, crimes hediondos, há a possibilidade da delação premiada, ou seja, eu posso — aliás, é uma faculdade até do réu, beneficia ele — oferecer a ele, principalmente nos crimes onde há bando ou quadrilha — eu os tipifiquei por isso —, ter a sua pena minimizada de um a dois terços caso ele colabore. Ele, aí, argüiu a suspeição, o advogado, porque, no interrogatório dele ele disse — a cópia está aqui — que eu tentei suborná-lo. A juíza, então, quis saber se eu tinha oferecido dinheiro a ele ou coisa do tipo. *“Não. Ela disse que se eu colaborasse, eu...”* Bom, foi essa a suspeição pífia argüida. A apelação, que está lá, está posta na lei, e, mais ainda, por eu ter dito a ele que, caso ele fosse condenado, caberia a perda do cargo ou função.



Porque cabe, está lá, está na Lei nº 9.455/97, que é a Lei de Tortura. Está lá: “O agente público, se condenado — tá, rá, rá —, perde a função...” E eu disse a ele: “Olha, o senhor, caso haja a sua condenação, pode perder o seu cargo, a sua função, a sua farda”. Aí, ele disse que eu tinha ameaçado ele. Claro, é meio de defesa. Os advogados estão fazendo de tudo para tentar atrasar a marcha processual e, mais ainda, tentar me desvencilhar, me tirar da ação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - No caso do Sílvio e do Honorato, que se apresentaram lá no Ministério Público, em Salvador, eles estão como proteção, como réu colaborador?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Não. Veja bem, todos os 2 encontram-se presos em razão de ação penal. Certo? Mas estamos providenciando, no caso, para que eles fiquem no presídio de Valença, onde se torna um pouco mais seguro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E não foi pensado o fato de que eles, colaborando cada vez mais, eles possam ser incluídos no programa de réu colaborador?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Veja bem, Deputado, eles respondem a uma ação na Comarca de Laje. Que isso, óbvio, entendo eu, vai ser levado, como eu já fiz, ofício ao juiz daquela comarca para que, na hora da dosagem da pena de cada um deles, porque são primários — essa é a única ação e não é nem pelo roubo de carga; salvo engano, é pela receptação —, leve-se isso em consideração na época da pena. E, aí, cabe ao Magistrado da ação só pesar. Que não sou eu a representante do Ministério Público dessa ação. Existe uma outra promotora na Comarca de Laje.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Para passar para os outros Parlamentares, eu queria apenas, em primeiro lugar, dizer que nos depoimentos, embora a senhora diga que *santo de casa não obra milagre...*

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Ah! Não. Foi necessário uma Relatora chegar para que as pessoas achassem que nós funcionamos, realmente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas a senhora tem muito mais milagres. Talvez o fato da execução do Gerson...



A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Sim, foi um catalisador.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... que aí teve uma repercussão, mas, de fato, o seu trabalho já era feito. Ele não tinha o reconhecimento que hoje pode ter. Mas no depoimento há também informações sobre prática de tortura.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Isso

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E que um dos grandes problemas que tanto o Ministério Público quanto outras autoridades encontram é o clima de terror que essas pessoas que cometem tais crimes espalham — e o terror é psicológico também, porque isto aqui é uma forma de terrorismo —, o clima é de terror, a lei do silêncio e o medo generalizado das pessoas de prestar depoimentos. No caso do Gerson, ele prestou um primeiro depoimento lá, numa audiência que tivemos. Já na segunda vez, quando a própria Relatora lá esteve, ele já foi muito reservado nesse sentido.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - É verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque, de certo modo, aparecem mensagens: *“Olha, cuidado! Cuidado! Está falando demais, está falando demais”*. Aí naquele depoimento, lá em Santo Antônio, foi dito da possibilidade de locais, os chamados cemitérios clandestinos, em que, inclusive, pessoas estariam enterradas. Porque há várias famílias que estão querendo pelo menos os filhos para fazer um enterro cristão.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Os corpos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E depois tomar providência, porque é casado lá, a mulher não sabe se é viúva ou não, porque o corpo não apareceu. E tomar as providências que a lei exige com relação a outras questões, como Previdência, enfim, bens que possam ter. Há também uma denúncia de que naquela barragem haveria também informações, notícias de que pessoas seriam jogadas naquela barragem. É claro que a senhora, como Promotora, escuta aquilo que vem como testemunha oficial, que registra, mas a Promotora escuta também outras notícias que as pessoas não querem pôr a termo. Isso acontece?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Acontece e muito. É como eu disse antes. Chegam a mim notícias, muitas, várias. Várias pessoas ligam, até vão dizendo: *“Veja bem, doutora, eu falo, mas eu não assino nada. Eu não quero*



estar lá no fórum, eu não quero saber disso, porque eu não quero morrer". Mas eu explico: "Olhe, o que eu não posso pôr em termo, pôr nos autos eu não posso denunciar formalmente". Eu preciso... Mas eu sei, eu ouvi dizer. O que eu já ouvi muito falar? Que há uma área lá chamada Cascalheira, que seria uma área de desova. Até mesmo notícia de que algumas ou outras pessoas que moram ali perto daquela área queriam falar. Mas falar, desde que seus nomes não sejam levados, envolvidos e tal. Só que, veja bem, para que eu peça uma busca e apreensão na área, eu preciso pedir isso a um Magistrado. Para isso, eu preciso ter material mínimo probante para respaldar esse meu pedido. Eu não posso chegar e dizer: "Olhe, doutora, defira aqui um mandato de busca e apreensão, porque me contaram que na Cascalheira ou em tal lugar tem corpos enterrados". Meu Deus do céu! É como eu já disse. A minha função aqui e lá, e em qualquer lugar, é defender a legalidade. Isso aqui não teria sustentáculo algum. Só que pessoas que dizem que sabem, que já viram carros entrando e saindo, seria até uma área para a desova de carros roubados dizem que não oferecem isso por termo de forma alguma. Então, me prende um pouco, me deixa de mãos e pés um tanto atados graças a isso, mas notícia há, notícia desse porte há. Não vou dizer para o senhor que não há, porque há.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu fico satisfeito, Sr. Presidente. No final, depois de os outros Parlamentares fazerem as suas perguntas, nós podemos retomar. Então, fico satisfeito agora. V.Exa. poderá passar agora para outros Parlamentares que queiram fazer indagações à Dra. Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Guilherme Menezes.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Quero cumprimentar o Presidente Bosco Costa, os demais integrantes da Mesa, a Dra. Ana Rita. Quero começar dessa frase que a senhora citou: *Santo de casa não faz milagre*. Sabemos como, em certas regiões e no caso do Estado da Bahia, deve ser o trabalho do Ministério Público, deve ser difícil.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Muito.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Mas eu acho que foi importante a presença da Dra. Asma Jahangir, Relatora da ONU...



A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Extremamente importante.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - ...porque ali ficou patente, a meu ver, um desrespeito, primeiro, ao País, porque ela veio a convite, um desrespeito à própria Organização das Nações Unidas, porque ela veio como Relatora da ONU, e manifestou também uma confiança total na impunidade, pelas pessoas que assassinaram Gerson de Jesus Bispo. Eu me lembro de que foi uma comissão de Parlamentares, membros do Ministério Público Federal, integrantes da Comissão de Direitos Humanos, do Governo Federal, da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Nós estivemos em Santo Antônio de Jesus. Eu me lembro de que a maioria das testemunhas, dos familiares das pessoas ditas desaparecidas ali compareceram encapuzadas. O Gerson não, ele foi sem nenhuma... Acho que ele se negou a usar qualquer capuz e apenas para falar do assassinato do irmão dele...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Do Antônio Carlos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - É, do Antônio Carlos e de um amigo. E, naquele mesmo dia, nós estivemos inclusive na Governadoria, com o Deputado Geraldo Thadeu, de Minas Gerais, e o Deputado Luiz Couto. Eu estive também com representantes do Ministério Público Federal na presença do Vice-Governador, do Secretário de Segurança do Estado, de representantes do Judiciário do Estado. E eu gostaria de perguntar à senhora o seguinte: a senhora falou que chegou a representar contra a Secretaria de Segurança Pública...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - A Secretária.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - A Secretária.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - A Secretária de Segurança Pública, à época, no ano passado, a Dra. Kátia Maria Alves. Representei — está aqui uma cópia da representação, que os senhores vão ter.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Eu gostaria de saber o seguinte: após a ida da Comissão a Santo Antônio de Jesus e no mesmo dia à Governadoria, houve alguma ação efetiva da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia? Porque a Comissão foi no mesmo dia em Santo Antônio...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Este ano. Agora, em agosto, salvo engano.



O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - E a Dra. Asma Jahangir acho que um mês depois.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Vinte de setembro ela estava em Santo Antônio, eu estava lá.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Vinte de setembro. E depois o assassinato...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Vinte dias depois, dia 9, mais ou menos. Dia 9, Gerson foi morto, 9 de outubro.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Essa é outra pergunta que eu faria a senhora: se houve alguma ação mais efetiva após a ida da comissão de Deputados e de integrantes do Ministério Público Federal àquela audiência que estava...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Audiência pública que houve na Câmara de Vereadores de Santo Antônio.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - ...a Comissão de Direitos Humanos...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Sei.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - ...de Santo Antônio. Outra pergunta que eu gostaria que a senhora anotasse: a senhora citou alguns... que 4 policiais militares e 1 policial civil...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Quatro policiais militares e um civil.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Eu gostaria de saber o número de policiais militares e civis envolvidos como suspeitos de participação nesses desaparecimentos. E a senhora citou também que Sílvio de Matos...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - De Matos Bonfim, esse rapaz que está preso.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - ... ele presenciou a entrada de alguém, de Paulo Libinitz...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Paulo Libinitz. No carro de um policial militar. Ele foi levado preso. Não foi nem entrando como amigo. Não, ele



foi algemado, levado preso, posto no banco de trás de um carro — seria desse Gol branco —, e até hoje nunca mais foi encontrado.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - O policial, a senhora tem...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Gilvan Pomponet, esse que está preso em razão da minha ação penal. É esse que Sílvia indigita. Ele está preso.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Outra coisa: a senhora falou também no trabalho inteligente, essa distribuição de cartas na calada da noite, tentando desmerecer o trabalho do Ministério Público.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - O trabalho do Ministério Público.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Ligando esse termo que a senhora falou “trabalhou inteligente”, o que foi divulgado por toda a imprensa foi que possivelmente integrante do Serviço de Inteligência da Polícia do Estado da Bahia estivesse também participando como suspeito nesse... A senhora tem alguma nova informação?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Não, quanto a isso, não. Membros do Serviço de Inteligência, aí não. Realmente não tenho. Agora, é como... Ações como essa... Porque o senhor percebe que o “bandido” — entre aspas — “comum”, aquele que age pela força bruta, ele não pensaria em algo desse tipo. Ele agiria pela força bruta. Como? Era muito mais prático pegar o número do meu celular, da minha casa, me seguir, ligar e me ameaçar, mas não. O senhor vê que aqui a coisa é mais pensada, é o que é: vamos desacreditar o trabalho, dizer que se está defendendo bandidos e, mais ainda, vamos fazer com que a comunidade local viva um verdadeiro pânico, achando que a cidade está entregue à sanha, à ação do banditismo. Ou seja, a partir daí, a comunidade, que veria o Judiciário, o próprio Ministério Público e a mim como um parceiro, passa a ver como o inimigo, o causador do caos. *“Pelo amor de Deus! Eles estão trabalhando!”* Por quê? Porque está matando bandido. Então, é um trabalho — e aí é que eu digo para o senhor — muito mais de inteligência, porque ele elimina... Não se mata o homem, se mata a idéia. É um trabalho muito mais de inteligência.



O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Finalizando, Sr. Presidente, ontem, Dra. Ana Rita, eu estive numa solenidade no Palácio do Planalto, na entrega do *Prêmio Direitos Humanos de 2003*. Entre os agraciados pelo prêmio estava o jornalista Caco Barcellos. Ele estava apresentando um diagnóstico da questão da violência no País e oferecendo alguns dados. Ele dizia, por exemplo, que o número de assassinatos cometidos por policiais é mais do dobro daqueles cometidos por latrocidias no País. Agora, mesmo todos nós sabendo que a violência vai se transformando numa espécie de cultura, a violência institucionalizada,...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Exatamente. Se institucionaliza a violência.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - ...mas, com relação à região de Santo Antônio de Jesus, que não é uma cidadezinha perdida no sertão do Nordeste...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Não, não, não. Fica bem no Recôncavo Baiano.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - ...é uma cidade importantíssima nos aspectos econômico e social, fica pertinho de Feira de Santana, não tão distante de Salvador, com interligação com outras regiões por excelentes rodovias...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Exato.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - ...a que a senhora, na condição de Promotora em Santo Antônio de Jesus, atribui essa facilidade de atuação dessas pessoas? E eu gostaria, já finalizando, de saber o nível de periculosidade dessas pessoas que desapareceram.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Veja bem, o senhor tocou em um ponto interessante agora, que é algo que eu bato de frente há um tempo. Obrigada pela pergunta, foi um ponto muito interessante. Há, pelo que eu pude observar, um ciclo e um acordo tácito. Qual? A comunidade, desde que se sinta protegida, porque a Polícia — entre aspas — “sanea” desses agentes de crime, ela permite e não quer saber de que forma eles foram eliminados. O que eu quero dizer com isso? Foi como eu disse, quando um advogado de um réu fala na rádio local que ele tem o apoio da Associação Comercial, isso é perigoso. É como se ele



dissesse que a comunidade, a sociedade civil organizada em Santo Antônio respalda esse tipo de ação. É isso que ele está dizendo quando ele vai para a rádio e fala isso. Então, esse mesmo questionamento eu me fiz, Deputado. Eu me fiz o mesmo questionamento. Por quê? Porque eu realmente achava — e aí eu não sou tão ingênua, aliás, não sou ingênua, muito pelo contrário —, mas eu achava que todos os setores da sociedade local iriam dar apoio a esse tipo de trabalho. Afinal de contas, nós estamos querendo impor a legalidade, o devido processo local. Me surpreendi quando vi coisa desse tipo e até um representante da Associação Comercial local virar para mim — e aí ele disse em uma conversa no shopping de lá: *“Doutora, nós estamos em pânico. Eu ia investir aqui, abrir tal loja assim, assim, mas não vou mais, porque parece que a cidade vive em um estado de guerra”*. Um empresário local. Então, me fiz a mesma pergunta e me surpreendi com a postura de todos eles. Ou seja, desde que eles se sintam seguros e achem que são bandidos que estão sendo eliminados: permissividade. Foi como eu disse no início da minha fala. Essas pessoas, a Polícia... A Polícia, quando eu falo — e que fique claro —, a Polícia, quando eu falo, são as pessoas que assim agem, não a Polícia como um todo, porque acredito eu que, em sua maioria, tanto a Civil quanto a Militar são formadas de gente comprometida, decente, que crê no que faz. Quando eu falo Polícia, essas pessoas que agem dessa forma. Que se registre isso aqui. Não ela como um todo, vejam bem, nem os seus dirigentes. A Polícia quer uma autorização tácita de que vai agir assim e que não vai ser penalizada. Olha, não vai ter ação penal contra policial algum que matar bandido ou que torturar bandido. E aí o senhor vira para mim e diz — o que eu achei perfeito —: *“Qual o grau de periculosidade dessas pessoas?”* A maioria aqui não é latrocida. Ladrão que, armado, bota um assalto, rouba um posto, mas que não tem histórico de homicídio, latrocínio ou coisa do tipo. E aí eu volto ao que eu tinha dito antes: Thomaz Iraci Guedes, o gaúcho, o que foi preso pelo roubo de carga, que eu denunciei, morava na cidade e nunca foi molestado. O Ursicino, um outro traficante que eu denunciei, tem ação penal, estava preso, fugiu da cadeia pública e nunca foi recapturado. Um grande traficante da cidade e não foi capturado e nem morreu. É o meu questionamento. Por isso que eu digo: uma excelente pergunta do senhor, porque é minha também. E aí não sou eu que vou responder, sob pena de responder por denúncia caluniosa. Porque aí já



não me cabe. Me cabe... Eu me faço esses mesmos questionamentos. E aí aos senhores cabe lucubrar e responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Consulto o nobre Deputado José Carlos Araújo, que está inscrito, se gostaria de fazer uso da palavra. Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Convidados, Dra. Rita, eu fiquei feliz com uma afirmação que V.Sa. fez nesse instante. A senhora afirmou que, na maioria, os policiais, tanto civis quanto militares, são compostos de...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Não tenha dúvidas disso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Isso é muito bom. Sabe-se que isso é pontual. Em qualquer profissão há os bons e os maus. Há os bons Deputados, os maus Deputados, os bons Promotores, as más... e há os bons policiais e os maus policiais. Isso sem dúvida nenhuma. E, em Santo Antônio de Jesus, isso foi pontual. Aliás, nós podemos até dizer que a Bahia, em relação a outros Estados do mesmo porte ou até maiores, vive uma situação de tranqüilidade. Proporcionalmente, sem dúvida nenhuma, isso fica claro. Isso vem de muito tempo, já de algum tempo, que vêm crimes que aparecem. Por exemplo, fugiu, na Bahia, um policial que estava preso no quartel do Exército, Sr. Manoel Quadros, que até hoje não foi recapturado. Fugir e não ser recapturado acontece. Não é só porque foi Polícia Civil ou Polícia Militar. Nesse caso, foi no quartel do Exército, 19º BC. Outra coisa que a senhora colocou é que o advogado — o advogado de um réu — foi dizendo que tinha cobertura...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - O apoio, o apoio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ...o apoio. Na verdade, pelo que eu entendo, ele não tem autoridade para dizer uma coisa desse tipo.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - É o meu questionamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ele não tem autoridade, porque, na verdade, como advogado de um réu, ele está querendo envolver tudo e todos para justificar talvez alguma coisa que o réu tenha feito. Eu não tenho, na verdade, uma pergunta a fazer. Eu ouvi um pouco do que a senhora falou, mas sei do trabalho que a senhora faz em Santo Antônio de Jesus e também conheço a



realidade do que aconteceu em Santo Antônio de Jesus. Na verdade, 2 focos disso houve na Bahia recentemente. Talvez, de 5 ou 6 anos para cá, só aconteceu esse negócio de crime de mando realmente em Camaçari, numa determinada época — e a senhora sabe disso —, e em Santo Antônio de Jesus, essa história. São coisas pontuais. Na Bahia hoje não existe esse tipo de coisa, como no passado, na fronteira, que acontece de vez em quando. É normal que aconteça em todo Estado, na fronteira de um Estado para outro: os criminosos passam para lá ou passam para cá. E o Governo da Bahia, inclusive numa atitude inteligente, criou aquela companhia da caatinga, que fica lá no Raso da Catarina...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Conheço, em Juazeiro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ... e coibiu realmente esse tipo de prática naquela região, que era perigosa — Juazeiro e Paulo Afonso. Isso realmente acabou com a criação da companhia da caatinga... Então, realmente, essas coisas do Nordeste, a Bahia talvez seja o Estado que vive com maior tranqüilidade. Quero aproveitar, Sr. Presidente, para agradecer e parabenizar V.Exa. pelo trabalho que tem desenvolvido nesta Comissão. E como hoje talvez seja a última reunião da Comissão, já que no dia 15 entraremos em “recesso”, como diz a Doutora, aspeando...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - (*Risos.*) Para sempre, porque eu não posso a toda hora ficar aspeando.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois é, porque, a partir do dia 16, nós vamos continuar aqui, embora de recesso, mas as Comissões não podem funcionar. Deveremos ser autoconvocados para acompanhar os trabalhos do Congresso que estão aí. Vamos votar algumas matérias que faltam voltar. Talvez até o final do ano fiquemos aqui, mas queria aproveitar esta última sessão, talvez, para desejar a todos, funcionários e Deputados, um Feliz Natal, próspero Ano Novo e agradecer também toda a deferência ao Sr. Presidente. À Dra. Promotora também um Feliz Natal e próspero Ano-Novo e a todos os funcionários, diletos trabalhadores e abnegados que nos ajudaram aqui. Por último, Sr. Presidente, quero transformar isto numa questão de ordem. Já que a sessão que foi convocada para as 10h é deliberativa e já são 12h — portanto, 2h10min —, não queria invocar o art. 79 outra vez, mas perguntar a V.Exa., porque vou viajar, se nós não teremos mais, em



função disso, visto que às 11h começou esta sessão, a sessão deliberativa convocada para as 10h em função da falta de *quorum* para funcionar esta Comissão. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Respondendo à questão de ordem do nobre Deputado José Carlos Araújo... Primeiro, agradeço as palavras de V.Exa. relativas ao trabalho nosso nesta Comissão, e, respondendo à questão de ordem de V.Exa., os requerimentos que estão em pauta, em virtude da falta de *quorum*, serão retirados da pauta e ficarão para a próxima reunião, no próximo ano, quando a Comissão for...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Voltar aos seus trabalhos normais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Voltar aos seus trabalhos normais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas a pergunta, Sr. Presidente, não é só sobre retirar de pauta, é sobre a sessão... Continuam na pauta. Na verdade, eles não vão sair de pauta, eles continuam na pauta por 2 motivos: pela falta de *quorum* e pela falta da presença dos autores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Também. Presença dos autores.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas também porque a sessão não vai se realizar. Continua na pauta para a próxima sessão, que deve acontecer no próximo ano. Mas a sessão não poderá mais se realizar até porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - A sessão vai...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deliberativa não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - A sessão vai continuar para ouvirmos apenas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, então vamos pela ordem. Primeiro, uma sessão deliberativa foi convocada para deliberar a partir das 10h sobre os requerimentos. Essa não aconteceu. O que está acontecendo é uma audiência pública, que vai continuar porque independe de número para funcionar. Então, a que depende de número é deliberativa. Foi convocada para as 10h, e, não tendo número, não poderá funcionar. O que estou querendo dizer com



isso, Sr. Presidente, é que não quero ser um ausente. Então, como ela não vai funcionar, e vou pegar o avião agora às 13h30min, quero me retirar, desejar, como já desejei a todos, na certeza de que não vou tomar falta nessa reunião que não vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - A Presidência entende a preocupação de V.Exa. no que se refere à sessão deliberativa, e pode assegurar a V.Exa. que a sessão deliberativa já está encerrada, apenas continuando a sessão destinada a ouvirmos as pessoas que estão aqui para prestar depoimento a esta CPI.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Obrigado, Sr. Presidente. Era isso. V.Exa., como sempre, muito gentil, conhecedor do Regimento, realmente me colocou inteligentemente a resposta que eu queria ouvir. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Nobre Deputado José Carlos Araújo, V.Exa. está me ensinando muito aqui no cumprimento do Regimento. Parabéns para V.Exa. também por ser um estudioso e conhecedor do Regimento Interno da Casa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - V.Exa. faça uma boa viagem à Bahia de Todos os Santos. Resto muito pouco a esta Presidência, mas, Dra. Ana Rita, a senhora registra publicamente aqui na Comissão que na verdade existe grupo de extermínio na Bahia e que a senhora tem recebido todo o apoio necessário do Procurador-Geral de Justiça daquele Estado.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Com certeza. Se não fosse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pergunto à senhora: a senhora recebe o mesmo apoio do Poder Judiciário e do Executivo, na Bahia, para dar continuidade aos trabalhos da senhora lá na Comarca de Santo Antônio de Jesus? Recebe o mesmo apoio? Existe omissão por parte do Poder Público da Bahia?



A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Não, eu estaria sendo leviana se falasse algo desse tipo. A Magistratura deve, nesse aspecto, até mesmo pela sua função, manter a imparcialidade, sob pena de ter o seu julgamento prejudicado, ser levantada a suspeição ou coisa do tipo. Não. A juíza local é extremamente séria, a Dra. Rosemunda Barreto. Uma pessoa séria, competente, atuante, idônea e toda ela, não tem o que... Executivo também. Nunca houve, ao que me toque, qualquer tipo de impedimento ou notícia de que deveria agir mais ou menos ou de tal forma. Não, o Executivo tem feito o papel dele sem me criar empecilho algum. E quando digo que eu tive do meu Procurador-Geral... porque Aquiles, como eu já disse antes, é um homem que tem história de luta e que viu nisso, desde o ano passado, quando eu pedi a designação para esses casos, para investigar esses casos, ele viu a necessidade disso e sempre deu total apoio, apoio pessoal até, de dizer: *“Não, temos que seguir em frente”*. Em que pese tudo isso que hoje eu passo, esse tipo de retaliação, sempre esteve à frente. Mas não, se eu disser que, não, houve do Governo do Estado ou do Executivo *“Olhe, não faça, não haja, não diga”*, eu estaria sendo leviana e mentindo. Não posso dizer algo desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Dra. Ana Rita, os policiais estão presos? Esses 5?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Dois deles. Eu pedi a preventiva de todos os 5; 2 estão presos. E 3 a juíza entendeu — o que faz parte do trabalho dela, é o convencimento dela — que não haveria a necessidade do encarceramento deles. Só que eu já recorri, e esse recurso encontra-se no Tribunal do Estado já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sempre, Dra. Ana Rita, em cada audiência pública, há um momento em que é solicitado à pessoa que está falando se ela tem alguma informação que gostaria de passar em caráter reservado. Caso isso aconteça, no final, a audiência pública é transformada em audiência reservada, e as pessoas, só com a presença dos Parlamentares, não da imprensa, colocam alguns dados, inclusive para servir de investigação por parte da CPI. Caso a senhora tenha



alguma informação em caráter reservado, poderá dizer assim, ou não, que nós continuamos publicamente aqui, e as informações que a senhora tem a repassar são essas que a senhora repassou até este momento. Mas eu queria, antes de concluir... Na realidade, tem esse grupo, tem esse policial, mas é sempre citado o nome de um policial que seria como que o chefe, o manda-chuva.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Gilvan Pomponet. Todos, pelo menos os que depuseram ontem. E a notícia que chega é que seria capitaneado por ele, que ele seria da Seção II da Polícia Militar, e que ele é que estaria capitaneando essas ações, porque se frisa muito nas ações dele, dele, dele seguindo, dele indo, dele investigando, dele prendendo, centra-se muito nele, na figura dele, isso é fato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso chama a atenção, porque infelizmente nós estamos verificando que nas Polícias Militares e nas Secretarias de Segurança Pública, na grande maioria, essa Seção II, que é o que eles chamam de Polícia de Inteligência ou Seção de Inteligência, na realidade não tem sido no sentido de trazer elementos para elaboração de um plano de segurança para o combate ao crime. Muitas vezes são policiais que têm uma informação privilegiada, que têm informações; muitas vezes eles são os olhos, os ouvidos dos comandantes ou dos secretários. E essa questão, Sr. Presidente, temos inclusive que analisar sob essas seções de inteligência que estão nas polícias militares e nas secretarias, que a gente está vendo que os policiais envolvidos com esses crimes de extermínio, na sua grande maioria, são pessoas também vinculadas a essa segunda seção, que é a de inteligência. Mas perguntaria ainda à Dra. Ana Rita: esse advogado que diz que a associação comercial, ou seja, apoiava essa ação de limpeza e, no caso...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Apoiava os policiais, estava apoiando os policiais. Não disse a ação em sim, mas apoiava os policiais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Os policiais. E qual foi esse advogado?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Dr. José Batista Júnior. Está aqui na fita.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está aqui na fita, certo. E, para concluir mesmo, Sr. Presidente, e vou solicitar inclusive, é pena que nós não tivéssemos o... E aí tem alguns requerimentos que são de providências que não podem esperar



tanto, porque são tarefas que dependem de uma ação da Polícia Federal, e aí a proposta é que, depois, nós possamos fazer um destaque e um documento que possa ser feito para o Ministro da Justiça solicitando essa operação, que possa ser depois referendada, porque é uma operação que tem já elementos para serem investigados. Se esperar muito tempo, ou seja, nós não teremos essa ação. Então, é no sentido de que nós possamos depois discutir algumas questões de encaminhamento da própria CPI. Porque, infelizmente, é esse aspecto; estávamos com dificuldade de ter o *quorum*, o que historicamente, nas CPIs desta Casa e nas sessões, há um acordo, inclusive que os Parlamentares dão *quorum* e que, como têm diversas atividades, muitas vezes não estão presentes, a não ser que depois se peça a verificação de votação. É esse o caso que tem, mas nunca aconteceu, eu queria dizer, de numa CPI alguém chegar e pedir verificação de *quorum* antes de ser colocada a Ordem do Dia e, na hora da votação, aí se pede verificação de *quorum*. Inclusive gostaria de encaminhar à Consultoria desta Casa uma consulta sobre essa situação, porque foi dito ontem que a prática tem sido essa aqui e, se formos agora, toda a vez que tiver um requerimento que envolva um Estado onde o policial, onde o Deputado não queira que aquele requerimento seja aprovado, ele fica obstruindo a CPI, aí a gente vai ser prejudicado. Nós não podemos aceitar isso, porque aí nós estaremos matando a CPI e não estaremos fazendo o trabalho. Então, espero que os Parlamentares, que vêm para pedir verificação de votação, para chamar isso aqui, que sejam tão presentes na hora de fazer as questões dos Deputados, depoentes, das testemunhas. Infelizmente, nós estamos vendo que há necessidade de uma ação mais enérgica desta CPI. Eu queria inclusive, Sr. Presidente, solicitar que V.Exa. pudesse encaminhar à Polícia Federal, uma vez que a Polícia Federal foi designada para fazer uma operação lá em Santo Antônio de Jesus... A Polícia Federal esteve lá, não esteve?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Investigando o caso da morte de Gerson, a pedido do Ministro Nilmário.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é, e vamos pedir...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - A Polícia Federal interveio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...a cópia desse relatório da Polícia Federal dessa operação para que...



A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Ainda estão investigando. O inquérito ainda está em aberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Então, ao concluir, que nós tenhamos cópia desse relatório, que será fundamental para que possamos continuar as investigações. Eu não sei se tem algum Parlamentar para falar. Eu estou satisfeito e eu queria agradecer à Dra. Ana Rita, que já contribuiu bastante naquele depoimento lá em Salvador, quando lá nós estivemos numa missão autorizada por esta CPI, e hoje traz novos elementos. Tenha a certeza de que pode contar com esta CPI, com este Relator e com os Deputados que aqui estão nesta luta para desbaratar de vez essa ação criminosa que acontece não apenas em Santo Antônio, mas que acontece na redondeza, e que vamos, aprofundando, verificar que, se for mais para lá, na divisa com Minas Gerais, na divisa com o Espírito Santo, na divisa com Goiás, com o entorno de Brasília, vamos ter muito mais coisa a investigar.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra V.Exa. pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Na verdade, eu não fiz nenhum questionamento, até porque entendi que a condução feita pelo Relator e depois pelo próprio Deputado Guilherme, que é da região, mas eu não poderia deixar de passar esta oportunidade para me congratular com a Dra. Ana Rita pela sua coragem cívica.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Obrigada.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Ontem inclusive esta Casa, por força de um requerimento do Deputado Antonio Carlos Biscaia, homenageou o Ministério Público...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - E a ele eu fui grata, já que, publicamente, pela sua proposta de Emenda Constitucional, a 197/03, a nossa investigação...

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Isso, de garantir, na verdade, o que nós já achamos que existe do ponto de vista da própria Constituição e da lei. Mas penso que são exemplos como este da Dra. Ana Rita que nos animam. Ontem, nessa sessão, o Dr. Cláudio Fonteles, num pronunciamento muito breve, mas o que



tinha de breve tinha de muito conteúdo e de muita sabedoria, ele disse que a missão do Ministério Público — não só do Ministério Público, mas enfatizou o Ministério Público — era provar que vale a pena ser honesto, que vale a pena ser justo e que vale a pena lutar por um Brasil justo e solidário. E assim, essa declaração de princípios, eu diria, do Dr. Cláudio Fonteles, que nós sabemos do seu denodo, do seu zelo, da sua dedicação à frente da Procuradoria-Geral da República, nós encontramos nas mais variadas regiões, nos mais longínquos rincões, nas mais, vamos dizer, diversas comarcas do nosso País. Eu queria, portanto, me congratular, homenagear a Dra. Ana Rita pela sua coragem, pelo seu destemor que penso dignificam não só o Ministério Público, mas dignificam, eu diria mais do que isso, aqueles que fazem, vamos dizer, do seu mister público um sacerdócio. Parabéns, Dra. Ana Rita.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Obrigada. Eu queria agradecer porque, como eu disse aqui no início, acreditar que se pode promover justiça é defender a legalidade. Eu não quero nada mais nada menos do que isso. Você pode acreditar. No dia em que você acreditar que as instituições nacionais não funcionam mais, é mais interessante que se abandone. Não há por que mais se pôr isso em pé. É você acreditar. O Ministério Público, ele funciona, ele existe, nós estamos aqui. Somos, assim, o último bastião, a última fronteira entre o que é certo e o total caos social. Se nós cedermos, acabou. Entendeu? É por isso que hoje eu quis estar presente aqui, em que pese ontem eu ter passado o dia inteiro em audiências, viajado para Salvador tarde, chegado em Salvador e ter vindo para cá agora, às 5 horas da manhã, mas é o meu mister e acho que de todos que estão aqui: acreditar no País. Eu lhe fico muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Deputado Luiz Couto, eu posso dizer a V.Exa. do trabalho, das dificuldades que nós estamos enfrentando nesta CPI, até porque vários Deputados que foram indicados para esta Comissão já pediram para sair. Não sei os motivos, e é óbvio que cada um tem o direito de ir e vir. Mas a questão de ordem do nobre Deputado José Carlos Araújo já foi respondida. Não podemos fazer mais nada porque, no nosso Regimento Interno, no art. 50, os trabalhos da Comissão serão iniciados com a presença de pelo menos metade dos seus membros ou com qualquer número, se não houver matéria sujeita



à deliberação. Então, é óbvio que o nobre Deputado José Carlos Araújo estava com razão, e a sessão deliberativa nós podemos, na condição de Presidente e Relator, encaminhar qualquer expediente ao Ministro da Justiça solicitando aquilo que for necessário para o acompanhamento dos trabalhos. No que se refere à sessão deliberativa, infelizmente... Eu, na condição de Presidente, no próximo ano, vou conversar com os Srs. Líderes de cada partido que indiquem, na verdade, membros que queiram participar da Comissão. Não é justo que o Líder indique o Deputado "a", o Deputado "b", e o Deputado muitas vezes não vem aqui, ou vem aqui, marca a presença e não participa e, quando existe algum requerimento que não interessa ao Deputado "a" ou "b", é óbvio que ele derriba a reunião. Mas, pela ordem, pela inscrição, concedo a palavra ao Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas indagações à Dra. Ana Rita. Dra. Ana Rita, se algumas dessas indagações já foram respondidas, que a senhora as desconsidere porque eu tive que sair para uma outra reunião e retornei.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Sem problema.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Eu estive lá, em Santo Antônio de Jesus, juntamente com o grupo da Secretaria de Direitos Humanos, com a Comissão. A senhora está em Santo Antônio de Jesus há quanto tempo, Dra. Ana?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Quatro anos agora, no próximo dia 20 de março.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Quando nós estivemos lá, foi colocado que...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Eu não era mais representante da Vara Crime local.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sim.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Os senhores estiveram lá dia 20 de agosto, agora, 19 e 20. O Dr. Valdemar... Esqueci, veja que coisa feia, o sobrenome do meu colega. Mas ele é que hoje ainda é o titular da Vara Crime, desde abril deste ano.



O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não do Ministério Público, mas nós ouvimos na Bahia que existe uma troca freqüente no Judiciário. A senhora pode confirmar isso?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Troca freqüente de que tipo? Não entendi.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Os juizes, eles são transferidos freqüentemente de locais de trabalho. No Judiciário, juizes. A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Não, dessa forma não. Eu sei que há promoção, remoção, permuta. Agora, uma troca freqüente...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - São transferidos, remoção...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Veja só, nós somos, tanto os juizes quanto os promotores, inamovíveis. Saímos só por vontade própria ou remoção compulsória, em razão de um devido processo administrativo que assim o faça. Então, quando eles saem, é em razão de promoção, remoção, porque querem até... Ah, eu não quero ficar mais na comarca "a", quero ir para... E se habilitam. Então, é um procedimento administrativo comum.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas na Bahia, as promoções e as remoções são mais freqüentes que em outros Estados?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Ai eu já não tenho como... Na magistratura, eu não tenho como lhe responder isso, se é mais freqüente ou menos freqüente. Se o senhor me perguntar sobre Ministério Público, eu lhe conto tudo. Agora, magistratura, eu não tenho esse controle.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Essa questão é porque, na audiência que nós realizamos lá, as pessoas que levaram as queixas diziam assim: olha, o processo se inicia, quando vê, se muda o juiz, se muda não sei o quê... Você está me entendendo?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Estou entendendo.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Isso foi colocado lá, por isso eu gostaria de uma confirmação da senhora.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Aí não, Deputado. Eu sei que há. O processo de promoção normal, remoção normal, nada que, pelo menos



até hoje que eu saiba lá, tenha sido causado por estar com o processo “a”, “b” ou “c”. É isso que o senhor quer saber, não é? Não, até hoje não tenho notícia disso, de que estava com processo “a” foi transferido... Até hoje eu não tive notícia disso.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Antes de a senhora assumir lá...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - A Vara Crime?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Isso. As denúncias feitas anteriormente, elas estavam em andamento ou estava muito sobrecarregado o trabalho da senhora lá?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Foi o que eu disse no início. Veja bem, eu estou lá desde março de 2000, certo, quando eu fui para a Vara Crime. O meu antecessor, Dr. Adalvo Nunes Dourado, oficiosamente, já tinha dito para mim: Ana, você vai pegar uma Vara Crime... Vale ressaltar que Santo Antônio tem 100 mil habitantes, cerca disso, com apenas 4 Varas: 3 cíveis e uma única crime. Estas 4 Varas, com 4 juizes, ou seja, 1 para cada Vara e 1 único promotor para cada Vara também. Ou seja, somos 4 juizes e 4 promotores para quase 100.000 habitantes. Adalvo, então, disse para mim: “*Ana, você vai encontrar uma Vara Crime pesada*”. Pesada como? Como eu disse, é uma cidade que fica à beira de uma BR, a 101. Tem tráfico, tem roubo de carga, tem homicídio, tem furto, tem um comércio grande, farto; então, o senhor sabe, uma porta de entrada para todo o tipo de delito. Além da Vara Crime comum, ainda a Vara do Júri também. Ou seja, eu ainda era a titular da Vara do Júri para o quê? Fazer júri quanto a crimes de homicídio; réus, jurados, conselho, sentença e tal. Ele disse: você vai ter problema porque você vai pegar uma Vara com mais de 3.000 processos sozinha e atribuladíssima, e me noticiou que já tinham chegado a ele notícias de tortura, desaparecimento de “a” ou “b”, mas ninguém nunca quis oficializar. Como? Dar por termo, dizer: olha, eu sei que fulano foi morto pela Polícia que pegou ele em casa ou que fez isto ou aquilo; eu sei que fulano foi torturado. Ou então, alguém dizer: eu fui torturado pela Polícia. Ele disse: Ana, notícia a gente tem, mas você não vai ter muito sucesso porque tem isso. Cheguei lá, março, e foi como eu também já disse anteriormente: até o ano passado, eu tinha um problema sério com o delegado regional de lá. Eu expus isso também. Gerou a minha ação de interdição, a representação — o senhor estava ainda, quando eu disse isso. Antes disso, vários



ofícios, a Procuradoria passava à Secretaria de Segurança Pública. Então, eu tinha que primeiro tentar sanear um pouco da civil, do que eu estava tendo ali, aquele problema com presos em celas pútridas, e por aí vai. E ainda não chegavam a mim notícias, aí eu volto, oficiais desse porte; ninguém queria dar por temo, e tal. Foi quando, repito o que eu disse antes, o Fórum de Direitos Humanos, com a Ana Maria Santos, a partir de abril, maio do ano passado, começou a conseguir que algumas mães quisessem prestar declarações. Como? Falar que o filho tinha sido levado em um carro assim, que elas souberam, com homens encapuzados. E aí o senhor sabe, eu não tenho como oferecer ação penal. Contra quem? Quatro homens encapuzados? Eu não tenho como. São policiais? Sabem como? Eles estavam identificados? Não, estavam vestidos de preto. Não era possível. Fui à rádio local, conclamei para que viessem falar, me dessem por termo, que eu estava ali para aquilo e tal. Vendo a gravidade da coisa, quando eu consegui juntar uns 4 ou 5 termos, 6, de mães falando do desaparecimento de seus filhos, da mãe desse Paulo Libinitz e tal, a de Sílvio falando que viu quando ele foi posto no carro, fiz o quê? Juntei esses termos e pedi a designação especial para investigar esses casos, agosto do ano passado. Como eu já disse também, a portaria saiu no Diário Oficial no dia 23 de agosto do ano passado, ou seja, mais de 1 ano e 2 ou 3 meses após. Hoje já tem 1 ano e tanto. Para que eu investigasse e fosse atrás e pudesse falar, eu fui à rádio e pedi que as pessoas viessem. Mas como eu disse, há o medo; essas pessoas conseguem retrain qualquer ação pelo medo. São policiais que estão na rua o tempo inteiro, conhecem as casas, passam pela porta, como o Gildásio pôs no seu termo, que está ali — o senhor vai ter a chance de ver. Gildásio pôs no termo, dito ontem, que rondam ainda a casa dele carros que ele sabe que são de policiais, de gente rondando a casa dele, como ameaça ostensiva. Então, conseguir que essas pessoas depusessem, Deputado, não é brincadeira não, e acreditassem que dali geraria frutos. Foi por isso que eu disse que santo de casa não faz milagre. Em que pese esse tempo todo eu tentando fazer com que falassem, que me dessem por termo, precisou a relatora da ONU vir e Gérson morrer para que, aí, o medo de serem mortos foi muito maior do que a crença na Justiça, creio eu. Aí quiseram falar, mas medo... Se ele, quando a relatora foi lá, desmentiu tudo aquilo que tinha dito na frente dos senhores à Câmara, ele disse na frente da relatora, dia 20 de setembro



deste ano, que policial nenhum tinha matado o irmão dele, que ele estava enganado. O que foi aquilo? Eu estava presente quando ele relatou isso à relatora, dizendo que não era verdade, que não era, que não era. Vinte dias após, ele foi morto. Aí o medo, eu creio, foi ainda maior. Ele foi na frente da relatora e disse que era tudo mentira e morreu. Bom, e eu, que não falo nada? Então, eu creio que isso gerou medo também. As pessoas passaram a falar, a querer me dar por termo, e aí eu não parei mais. Assim, foi como eu sempre disse, a Comissão de Direitos Humanos quando foi lá, a própria relatora quando esteve lá — e os senhores vão ter cópia do relatório que eu dei a ela — o medo... As pessoas se recusavam a ir, não queriam nem ser vistas entrando no Ministério Público local, quanto mais depor. Depois disso, a morte de Gérson serviu como verdadeiro agente catalisador e eles passaram a depor. De posse disso, de mão desses depoimentos, eu pude propor uma ação penal, em que pese eu não tenha a perícia, porque fatos de um ano e meio passado que essas pessoas não prestaram qualquer informação policial, não foram ao Ministério Público e, por conta disso mesmo, não sofreram qualquer exame de corpo de delito. Quatro ou 5 desses rapazes sumidos — Paulo, Gilson e mais 3 outros — os corpos não surgiram. Então, o senhor vê a fragilidade e o empenho que eu tive que depositar e agir para que essa ação penal fosse proposta. Aliado a tudo isso, ainda o medo. Ontem, por exemplo — a audiência foi ontem, por isso eu não pude vir antes, só pude vir hoje aqui, eu tive que, com base no art. 217 do Código de Processo Penal, pedir para que os réus não ficassem na sala de audiência. As pessoas diziam: eu não quero olhar para ele não; eu não quero ficar na sala com ele não, pelo amor de Deus. Então, é difícil, é muito complicado. Então, o senhor diz: por que não houve antes? Não houve porque eu não tinha subsídio, não tinha nada; as pessoas se recusavam, como eu disse, até a entrar no prédio do Ministério Público em Santo Antônio. Não queriam ser vistas entrando, quiçá depor.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Quando nós estivemos lá, naquela audiência, tinha um grupo de direitos humanos local...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Sim, a Ana Maria Santos, a Presidente do Fórum de Direitos Humanos de Santo Antônio.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - E esse pessoal, mesmo esse pessoal não fazia essas denúncias?



A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - As mães... Por exemplo, dos que foram nessa época ouvidos... Gerson esteve comigo, e eu falei já aqui, em agosto do ano passado, logo quando o irmão dele foi morto. Eu disse: Gerson, para que se faça algo, você precisa me dá por termo de declaração. Porque eu preciso, Deputado. Eu não posso dizer e chegar, e, em juízo, o senhor sabe: olhe, foi assim, a pessoa me disse ... Eu preciso ter um termo de declaração assinado, correto. Não, doutora, não quero não. Não, porque eu tenho família, eu tenho mulher, eu tenho filhos e eles podem fazer com a gente o que fizeram com o Antônio Carlos. Não quero depor. Ele foi realmente à presença do senhor, mas nunca quis pôr isso em termo de declarações. E muitas dessas outras que os senhores ouviram, Alvalice, por exemplo, ela só quis depor após a relatora da ONU; antes disso, ela não quis. É como, eu repito de novo: santo de casa não faz milagre. Precisou vir alguém de fora para dizer que era possível.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Muito bem. Eu teria algumas outras questões, mas a senhora já respondeu. Também, se já respondeu, eu não tive a oportunidade de ouvir.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Pois não.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Existe lá, pelo que entendi, uma proteção que o comércio tem, e através da Associação Comercial, que inclusive paga o advogado que a senhora falou que...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Veja bem, eu não disse que paga o advogado.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas aqui tem uma relação.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - O que eu disse é que eu trouxe uma fita, entendeu, já está a fita lá, uma fita de uma rádio local em que o advogado de um deles diz que o seu cliente será solto e liberado porque tem o apoio da Associação Comercial. É isso que ele diz, o apoio da Associação Comercial, dos comerciários e tal. O que eu disse, é uma declaração perigosa. Um advogado fazer isso quer dizer o quê? É o que eu quero, é a minha dúvida aqui também.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - É uma confissão perigosa?



A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - É. É o meu questionamento também. Ele dizer que o cliente dele tem o apoio da Associação Comercial é complicado.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Gostaria de saber se lá, em Santo Antônio de Jesus, tem empresa privada de segurança, oficial ou clandestina, se existe esse pessoal. Se esses policiais que foram, esse pessoal que foi preso, que foi indiciado, fazia parte desses grupos?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - De segurança privada.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Ao comércio.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Pergunta interessante, porque ontem o Silvio Matos, ele disse em juízo até, o termo dele já está ali, ontem, na ação, que os 2 primeiros denunciados eram seguranças da empresa Skol em Santo Antônio, e o primeiro foi quem montou o sistema de segurança dessa empresa. Da Skol, a empresa de bebidas, de uma representação lá, qualquer coisa do tipo. E ele coloca isso no depoimento dele.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Correto. Então, deve existir.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - É. Isso vai me caber agora continuar com as investigações.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Agora, esses policiais, policiais da ativa, que fazem aquele bico...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Policiais da ativa. Exato.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Policiais da ativa?

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Da ativa. Policiais da ativa.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Dra. Ana...

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Pois não.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Gostaria de parabenizá-la pelo seu depoimento, pela sua coragem também.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Obrigada.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Nós tivemos ontem mesmo uma comemoração do Ministério Público. Pessoalmente, já tive passagem meio desagradável com o Ministério Público.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Oh, que pena!



O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas eu sempre soube separar muito o Ministério Público, porque todo segmento tem os bons e tem os ruins, tem os problemáticos e os não problemáticos. Mas a senhora pode ter certeza que a gente deposita uma grande esperança na atuação do Ministério Público, como a sua atuação, para que este País possa realmente fazer justiça. E nós aqui, dos direitos humanos, nós sempre temos como um amparo e uma confiança muito grande no Ministério Público.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Claro.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Então, eu gostaria de parabenizar a senhora pela sua coragem e desejar que Deus a abençoe e proteja.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Deseje mesmo, porque só Ele para ficar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, queria saudar a Dra. Ana Rita — já nos conhecemos naquele primeiro depoimento lá na Assembléia Legislativa no Estado da Bahia; queria saudar o Dr. Guilherme Sérgio. Infelizmente, não tive condições de participar do início...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Ainda vai. Estou olhando o relógio ali, imaginei que já tinha sido feito o seu depoimento. Mas eu queria saudá-lo também e o companheiro Regino Antônio. Mas, Sr. Presidente, eu não vou fazer nenhuma indagação aqui em relação ao depoimento prestado, a importante contribuição da nossa promotora, até porque acompanhei já inicialmente esse depoimento na Bahia. Mas eu quero levantar uma preocupação e me associar às preocupações levantadas pelo Deputado Luiz Couto. Eu apresentei requerimentos aqui onde solicito sejam convocadas por esta Comissão algumas autoridades ou ex-autoridades do Estado da Bahia que foram citadas no depoimento da Dra. Olga, a juíza que fez o seu depoimento aqui. E achei que a atitude, evidentemente que balizada no Regimento, mas que não é comum nas Comissões, nas CPIs, o argumento antecipado do *quorum* sem nem ser declarada ainda, iniciada a Ordem do Dia para que, no direito regimental, qualquer Parlamentar possa, a partir da constatação da quebra do



Regimento, impedir a continuidade de uma reunião ordinária. No entanto, o que está por atrás disso, eu acho que isso é uma situação difícil, perigosa, porque a Dra. Olga declarou aqui, publicamente, no seu depoimento, que essas autoridades, ou não todas as que eu citei aqui, mas grande parte delas, ela acusou de terem sido mandantes de um crime que felizmente não se realizou, mas que houve uma tentativa. Ela disse que teve acesso a essa informação e citou nominalmente aqui as pessoas, as quais eu requeiro aqui a esta Comissão sejam convidadas e algumas delas sejam intimadas a comparecer aqui à Comissão. Eu citei aqui o Senador, pela Bahia, César Borges, que eu estou, na verdade, convidando ele, porque eu acho que é tão grave que a autoridade teria que tomar iniciativa inclusive para esclarecer a situação, porque, se uma situação dessa... Não estou aqui, em nenhum momento, no meu requerimento, fazendo juízo de valor de que o que a juíza colocou é a verdade, mas eu gostaria de ouvir as autoridades. Porque é muito perigoso uma acusação dessas e que não se tenham elementos para se justificar se é verdadeira ou não. Portanto, eu pedi aqui, através de ofício, à Comissão, que convidasse o Senador César Borges, que naquela época era Governador do Estado da Bahia, e foi citado pela juíza — acusado, aliás, pela juíza; a ex-Secretária de Segurança Pública, a Dra. Kátia Alves; o Coronel Müller, que também, segundo ela, foi um dos articuladores e mandantes daquela tentativa de homicídio contra ela, e o atual Secretário de Segurança Pública para ouvi-lo das providências. Nesse caso, estou também solicitando como convite a esta Comissão, para que ele possa aqui falar das iniciativas tomadas pela Secretaria de Segurança Pública diante dos fatos ocorridos, parte deles citados pela juíza, parte aqui pela promotora e pelas denúncias outras de crime de grupos de extermínio na Bahia, que eu e o Deputado Luiz Couto estivemos lá e ouvimos. Inclusive, Deputado Luiz Couto, eu recebi um telefonema desesperado daquela jovem que fez aquele depoimento de que os irmãos dela tinham aparecido e que eles gostariam de ser novamente ouvidos. Eu estava numa reunião, pedi que ela voltasse imediatamente a ligação; até hoje ela não retornou a ligação. Eu não tenho idéia do que aconteceu. Solicitei a intervenção do Deputado Yulo Oiticica, que é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, que também não conseguiu retomar contato com essa jovem. Portanto, considero um risco grande que ela está correndo, evidentemente



de vida, está sendo ameaçada abertamente por policiais em relação a isso. Portanto, as autoridades citadas deveriam tomar, inclusive, a iniciativa. Não estou fazendo juízo de valor, acusando ninguém. Quero que as autoridades venham confirmar isso, porque a denúncia foi grave. Se ela diz que partiu de dentro da governadoria e citou as autoridades que mandaram um grupo de policiais fazer isso, acho que precisamos ouvir. No entanto, o que me preocupa é que esta CPI possa ser inviabilizada por atitudes que não têm interesse, ou ações que não demonstram interesse em investigar aquilo que essa CPI tem como objeto de investigação, ou seja, a existência de grupo de extermínio, a investigação das ações das empresas de segurança privada, as legais e as clandestinas e, diante dessa situação, nós possamos inviabilizar o trabalho desta CPI. Portanto, Deputado, acho que a atitude de V.Exa., Presidente, de conversar com os líderes partidários, acho que tem de ir mais além. Tem de começar com o Presidente da Casa, no sentido de que possamos tomar algumas atitudes para impedir a inviabilização desse trabalho. Já previa esse tipo de dificuldade nesta Comissão, até porque todos nós, que acompanhamos esse trabalho via militância em defesa dos direitos humanos, sabemos do envolvimento, como foi constatado em diversos depoimentos, de policiais. É evidente que essas dificuldades todas enfrentaríamos, tentativas de impedir a Comissão de trabalhar ou situações semelhantes. Portanto, tenho uma grande preocupação de que possamos, que a CPI nem em pizza termine. Talvez não consiga nem trabalhar para além de atitudes corajosas de promotores, de alguns juízes, de testemunhas, que têm tido a coragem, verdadeira coragem de vir aqui depor sabendo que não acham guarida ou proteção das autoridades de segurança pública, que deveriam garantir essa proteção. Portanto, quero aqui levantar essa preocupação. Eu, em nenhum momento, apresentei esse requerimento afirmando que essas autoridades citadas são culpadas, até porque não tenho nenhum elemento para dizer isso, mas acho importante e fundamental que elas próprias, as autoridades, até para impedir que se apresente essa informação como verdadeira, do envolvimento de autoridades públicas do Estado, elas possam esclarecer esses fatos. Levanto essa preocupação. Acho que V.Exa. tomou uma atitude importante de conversar com os líderes. Sugiro também que possamos conversar com o Presidente da Casa para que esta CPI possa



desenvolver os seus trabalhos de forma correta e chegue ao final com um relatório que ajude a sociedade brasileira a atacar... Temos aí, a imprensa está divulgando a Operação Anaconda, que está prendendo os juízes, está prendendo os policiais federais, autoridades federais. Não podemos impedir uma CPI como esta por conta de uma ação local que impeça um trabalho geral, até porque os requerimentos que estariam na Ordem do Dia não são só os da Bahia. Temos outros. Portanto, impedir o funcionamento, teremos dificuldades imensas. Então, era essa a preocupação que queria levantar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Ouvi atentamente o Deputado Luiz Alberto, Sr. Presidente, Sr. Relator. Eu, um Deputado que não parte dos Estados do Nordeste, pois sou de Minas Gerais, quando me perguntam por que estou nesta CPI, é que, sendo de um Estado que não está sendo investigado, inclusive, fico com muita tranqüilidade para contribuir com o nosso trabalho parlamentar nas apurações do fato. Concordo plenamente. Acredito que todos aqueles que são solicitados a comparecer aqui têm que comparecer, têm que ser convidados. Acho que não podemos abrir mão disso. Acho que esta CPI, realmente, é composta de Parlamentares que têm muita coragem, que querem a apuração dos fatos. A questão dos grupos de extermínio preocupa muito, a questão social no País preocupa muito. Quero dar até um testemunho, Deputado. Ontem, na Comissão de Direitos Humanos, houve um requerimento para convidar uma pessoa da minha cidade. Conheço perfeitamente a situação, achava até que não seria o caso de convidar essa pessoa, mas fiz questão de expor todo o caso, com documentação farta e tudo, mas votei a favor do seu comparecimento aqui. Acho que não importa se é da nossa cidade ou se não é, se é o do nosso Estado ou se não é. Realmente, é uma oportunidade que essas autoridades ou essas pessoas que são convidadas aqui a comparecer têm até para mostrarem a verdade, se existe algum problema ou se não existe. Então, nós não estamos aqui para condenar ninguém, não estamos aqui para prejudicar, condena, executar ninguém; estamos aqui para verificar os fatos. Acho que não podemos abrir mão, Sr. Presidente, de maneira alguma, da



prerrogativa da CPI de convidar as pessoas a virem aqui prestar seu depoimento, até porque estamos com o único objetivo de esclarecer, contribuir para que este País tenha justiça, o respeito à vida humana, principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - A Presidência ouviu atentamente as exposições do nobre Deputado Luiz Alberto e do Deputado Geraldo Thadeu. À Presidência compete dirigir os trabalhos, abrir sessão, encerrar a sessão, dar a palavra, mas o Plenário é soberano, V.Exas. sabem disso. O Plenário é quem decide. Infelizmente... Posso dizer, Deputado Luiz Alberto, e V.Exa. tem dado uma grande contribuição a esta Comissão desde o início, que a CPI vai bem, até porque tenho certeza absoluta, tanto eu como o Deputado Luiz Couto e V.Exas. também, que a CPI tem vários subsídios para chegar aos mandantes dos grupos de extermínio do Nordeste. A CPI tem vários documentos, vários subsídios, vários depoimentos. Agora, é óbvio que temos também o Regimento a cumprir. Por exemplo, o nobre Deputado Luiz Alberto, que tem marcado presença em praticamente todas as reuniões, infelizmente, já no dia de hoje, apesar dos vários requerimentos de sua autoria, chegou, por outras necessidades, também atrasado à reunião. O nobre Deputado José Carlos Araújo já tinha levantado uma questão de ordem, e tenho que cumprir o Regimento. Mas tenho certeza absoluta que vamos procurar o Presidente João Paulo. Já estivemos em audiência, com o Deputado Luiz Couto, com o Presidente da Casa, que se comprometeu a nos dar todo o apoio necessário. Agora, na verdade, o que está acontecendo é que alguns Parlamentares, que estão na Comissão, não têm interesse. Então, é óbvio que isso dificulta a aprovação dos requerimentos. Eu posso garantir que não haverá omissão por parte da Presidência de colocar nenhum requerimento em pauta em votação. Cabe ao Plenário aprovar os requerimentos ou rejeitá-los. Mas tenho certeza de que, no final desta CPI, o relatório final desta CPI, tenho certeza absoluta de que alguns culpados, que estão impunes, por comandar os grupos de extermínio no Nordeste brasileiro, que eles vão ser condenados e pagarão pelos atos que cometem contra sociedade, o povo nordestino e o povo brasileiro. Agora, é óbvio que, pedindo também a colaboração de todos os membros e todos os Deputados que fazem parte desta Comissão, cada Deputado é de um partido, de outro partido, que também nos ajudem a conversar com seus líderes na Câmara para que possam



substituir algum Deputado que não tenha interesse em participar da Comissão. Mas me somo também à preocupação de V.Exas., e tenha a certeza de que, por parte da Presidência, não haverá nenhuma omissão, mas também temos que cumprir o nosso Regimento Interno, porque é uma obrigação do Parlamentar, de quem preside qualquer omissão ou até a própria Câmara dos Deputados. Consulto se o Deputado Luiz Couto ainda tem alguma ... Pela ordem, tem a palavra o nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Um dos requerimentos do Deputado Luiz Alberto, que é a convocação do Sr. Edson Sá Rocha, o atual Secretário, já há um requerimento do Deputado Josias Quintal solicitando, convidando, convocando todos os Secretários de todos os Estados do Nordeste. Então, nesse caso, esse requerimento estaria prejudicado. E ele, no momento em aqui estivesse para dar explicações sobre a situação do Estado, também seria perguntado sobre isso aqui. Então, acho que esse requerimento deveria ser retirado, porque já há um requerimento aprovado. Com relação aos outros, aqui nós temos, mas esse requerimento já tem, já há um requerimento, que é do Deputado Josias Quintal, que convocou todos os Secretários de Segurança, pediu que eles mandassem a documentação, os dados estatísticos sobre assassinatos com característica de extermínio, e um outro requerimento dele que convocava para audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência, a Comissão agradece à Dra. Ana Rita pela contribuição, agradece também pela coragem como S.Sa. faz seu trabalho no Ministério Público da sua Comarca, e lhe deseja sucesso. Que Deus a ilumine, lhe dê muita paz, muitos anos de vida para que possa continuar dando sua contribuição ao Estado da Bahia, ao Brasil. Entendemos que são homens e mulheres como você que contribuem para o desenvolvimento do Estado, do País. É óbvio que as autoridades públicas, quando cumprem o seu papel de direito e de fato, é uma obrigação, mas muitas vezes a gente vê a omissão de algumas autoridades, que não desempenham as suas atividades como a Constituição brasileira determina. Agradecemos a sua participação e, se S.Sa. desejar ouvir os demais, pode continuar na mesa. Será um privilégio. Se houver necessidade de saída, também fique à vontade para que possa



sair ou permanecer na mesa, na Comissão. Se quiser fazer o uso da palavra para as considerações finais, fique à vontade.

A SRA. ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO - Obrigada Deputado, fico grata. Quero agradecer o convite desta Comissão ao Deputado Luiz Couto, ao Deputado Luiz Alberto, que estiveram lá e fizeram essa proposta. E, mais uma vez, reafirmar o meu interesse é o interesse do Ministério Público, é o interesse da legalidade, nada mais, nada menos; é o interesse em ver as instituições funcionando e bem, o interesse em ver a legalidade, a Constituição, o Código Penal, o Código de Processo Penal, o Código Civil sendo observados. É para isso que eles estão postos. Ver o Estado de Direito funcionando, o Estado-Juiz cumprindo o seu papel, seja quem for o agente do delito. O meu único interesse é este: fazer com que quem transgrida a norma responda por isso, como qualquer cidadão, como eu, como o senhor, como qualquer um está sujeito, mais nada, nada mais nem nada menos, com o devido processo legal que está posto em lei, em norma. Fico grata por ter sido ouvida e espero, após ter ouvido todas essas considerações aqui feitas, que esta CPI logre êxito, porque ela é necessária. É como eu costumo dizer: nós temos um grande País, eu acredito nisso, e grandes homens e grandes mulheres. Agora, nós nos tornaremos maiores ainda quando descobrirmos a capacidade de olhar as nossas mazelas e curá-las. Não tenham dúvida: quando olharmos para elas com coragem e combatê-las, nós vamos nos tornar, talvez, a maior nação do mundo, porque temos o povo mais brilhante, mais corajoso, mais aguerrido que eu posso pensar existir. Então, eu fico grata, eu fico realmente grata aos senhores por esta oportunidade de falar aqui. Eu gosto do que eu faço. E como eu digo sempre: o Estado me paga para isso, para cumprir a minha obrigação. Eu não estou fazendo favor a ninguém. Eu estou cumprindo o papel que eu quis, o mister que eu quis, quando prestei concurso público para isso. É a minha obrigação. Estou sendo paga pelo Estado para cumprir o meu papel. Muito obrigada aos senhores e uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra... A Presidência da Comissão agradece à *TV Câmara* e aos telespectadores da *TV Câmara* por darem essa cobertura a esta reunião aqui, no dia de hoje. Passamos a



palavra ao Secretário Regino Antônio de Pinho Filho por até 20 minutos, prorrogáveis caso haja necessidade.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Sr. Presidente, pela ordem. Antes do Dr. Regino, eu gostaria de dizer que sou suplente da CCJ e tive que me ausentar, e quero me desculpar até com a Dra. Ana Rita em função disso. O *quorum* está muito baixo lá, e freqüentemente estão nos chamando para votar determinadas matérias. Segundo, nós tivemos agora uma discussão, agora há pouco, não quero me alongar nisso, e efetivamente não pudemos deliberar. Mas já há alguns dias até, nós já havíamos solicitado a V.Exa., inclusive com a anuência do nosso Relator, que fosse requisitada do Governo Federal uma força-tarefa para o nosso Estado, para o Estado do Ceará. Os depoimentos que nós ouvimos, tanto do Deputado Paulo Duarte, como da Dra. Juíza de Direito, como também o promotor de Justiça que investiga um caso, demonstram essa necessidade. Então, eu queria reiterar... Evidente que é uma decisão que talvez nem precise passar pelo Plenário. Acho que o Presidente, dada a situação de serem autoridades que estão sofrendo ameaças de morte e que estão tendo dificuldades, até pela própria estrutura do Poder Público, de fazer essas investigações, eu queria reiterar esse pedido. Então, era essa a consideração que eu queria fazer muito brevemente, antes de V.Exa., e também dizer da importância de termos aqui o Dr. Regino Pinho, que foi coordenador e Presidente da Associação dos Parentes e Amigos de Vítimas da Violência, que hoje é Secretário de Direitos Humanos do PT do Ceará, e o Dr. Guilherme que, além de ser um delegado de polícia, é um estudioso da questão da área de segurança pública e de violência no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Nobre Deputado João Alfredo, esta Presidência ouviu atentamente o aparte, a questão de ordem de V.Exa. V.Exa. tinha enviado um expediente, um ofício, mas, estudando o Regimento da Comissão, a Presidência solicita a V.Exa... Temos conhecimento absoluto da necessidade de uma força-tarefa não só para o Ceará. Inclusive, agora há pouco, dei entrevista para a televisão, para a *TV Record*, e já temos vários subsídios para que possamos requisitar, solicitar uma força-tarefa. Mas esta Presidência sugere a V.Exa. que, na próxima reunião, apresente um requerimento em virtude de que o Deputado Luiz Couto... Na pauta de hoje, já se encontra um requerimento do



Deputado Luiz Couto requerendo, solicitando ao Ministro a realização de uma força-tarefa da Polícia Federal nos Estados de Pernambuco e da Paraíba. Então, esta Presidência sugere a V.Exa. que apresente também um requerimento para que possamos aprovar esse requerimento. A CPI pode solicitar através de requerimento aprovado pelo Plenário. A gente não tem dúvida, Deputado João Alfredo, da necessidade, mas entendemos também que, quanto mais subsídios a CPI tiver, fica mais prático para que possamos... Eu tenho certeza absoluta de que esses grupos de extermínio só serão desvendados se houver uma interferência ou uma intervenção da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, até porque não sou eu que estou dizendo, mas todas as pessoas que já vieram a esta Comissão. Todas elas registram a omissão de algumas autoridades nos seus devidos Estados.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO - Permita-me mais uma vez, Sr. Presidente. O problema maior está em que, certamente, nós só voltaremos a nos reunir em fevereiro, e os casos não são... Não é só necessidade, é urgência também. Eu estive agora na Comissão de Justiça e soube que ela vai funcionar durante o período de autoconvocação. A Casa vai funcionar até, vamos dizer, me parece, o dia 23 para podermos votar o Orçamento. Então, talvez fosse o caso, pelo menos para votarmos os requerimentos, uma sugestão que eu faria a V.Exa., que entrasse em contato com o Presidente, Deputado João Paulo, e uma vez que nós aqui nós estamos tratando de casos da maior gravidade, que envolvem vidas humanas e vidas humanas de agentes públicos, de nesse período de autoconvocação, como vai ser incluída a CCJ, pudesse ser incluída também a nossa CPI, para que ela pudesse votar esses requerimentos. Por quê? Porque o Ministro Nilmário, por mais de uma vez, nos relatou, tanto o Ministro Nilmário como o Secretário Adjunto Mário Mamede, que só poderia agir se houvesse uma provocação da CPI. Então, seria uma idéia, que também o Vice-Presidente... Já que a Casa vai continuar funcionando até próximo do Natal, que pelo menos na autoconvocação se incluísse esta CPI — esta é uma decisão do Presidente, eu entendo — para que nós pudemos fazer uma reunião deliberativa para que essas matérias, que são urgentes, necessárias e graves, não fossem remetidas apenas para fevereiro. Esta é uma sugestão que eu faço a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Nobre Deputado, a sugestão de V.Exa. é válida. Eu concordo perfeitamente com a sugestão de V.Exa. Não precisamos nem consultar o Presidente da Casa, a CPI tem autonomia. Resta aos membros desta Comissão se reunirem, os Deputados, e fazermos uma análise se é viável ou não. Porque não podemos também, no período de autoconvocação, reunir a CPI se não conseguirmos *quorum*. Aí a gente conta prazo, termina diminuindo o prazo e não conseguindo o objetivo. Mas se houver um entendimento por parte dos membros da Comissão, eu posso assegurar a V.Exa. que a Presidência não tem nada contra, e me somo ao pleito de V.Exa., sem dúvida alguma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nesse caso, Sr. Presidente, poderia... Já como nós... No dia 15 teremos o prazo normal. Poderíamos convocar uma reunião só para terça-feira para esta questão aí, porque só contaria mais um dia, a gente só perderia um dia. E aí podemos verificar que requerimentos seriam colocados nesse dia e outros requerimentos que pudessem... Não é isso? Então, poderia acontecer isso aqui, caso houvesse possibilidade de a gente fazer. Porque se ficar até o último dia, a gente vai ter prejuízo, porque vai contar o tempo e a gente não terá qualquer atividade de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - É viável a sugestão do nobre Relator, Deputado Luiz Couto, porque para terça-feira é apenas um dia. Agora, é óbvio que temos que entrar em contato com os membros da Comissão para não perdermos tempo. Temos que ver se os membros da Comissão, os Srs. Deputados, estão dispostos a virem à sessão para que possamos marcar reunião e conseguir o número necessário para apreciar as matérias. Passo a palavra ao Secretário Regino Antônio de Pinho Filho, por até 20 minutos, se caso necessário, prorrogável.

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Sr. Presidente, Deputado Bosco Costa, Deputado Luiz Couto, demais Deputados presentes, Dra. Ana Rita, em nome do Fórum Cearense de Direitos Humanos e de todas as entidades de defesa dos direitos humanos do Estado do Ceará, eu quero parabenizá-la pelo seu excelente trabalho. A meu ver não se trata de rigidez, mas se trata de uma determinação do seu trabalho de promover a justiça no seu Estado. Então, eu rezo e oro que Deus a ilumine e proteja! Eu trouxe comigo um relatório que... Em outubro estive presente nesta Comissão e quando da apresentação desse relatório de



crimes com características de pistolagem no Estado do Ceará, até o ano de 2003, nós tínhamos em outubro um total, quando o apresentei pela primeira vez a esta Comissão, sem as devidas explicações, 54 crimes com características de pistolagem no Estado do Ceará, em toda a região. Hoje esse número já totaliza 77 crimes com característica de pistolagem — este ano até 4 de dezembro. Então, para dar início a uma explanação bem breve, devido à questão do horário também. Para se ter idéia, em 2002 nós tivemos 48 crimes com pistolagem. Na região que nós sempre alertamos para o crescimento desse tipo de crime, que é a região do Vale do Jaguaribe, em 2002 esse total de 48 chegou a representar 54% do total de crimes ocorridos no Estado do Ceará, mais da metade ocorriam nessa região. E de 2003, comparando com 2002, esse número cresceu de 48 para 77, um crescimento de 60%. E mais uma vez a região do Vale do Jaguaribe já totaliza 36% desse total de 77 crimes com características de pistolagem. Desses 77 crimes, somente uma pessoa sobreviveu. Um atentado ao vereador de Santana do Acaraú, do PCdoB, onde infelizmente sua esposa levou um tiro na nuca, o Vereador Francisco Carneiro e sua esposa Maria Socorro Oliveira, que infelizmente levou um tiro na nuca e veio a falecer no dia 1º de dezembro. Então, são 77 crimes resultando em 76 mortes, execuções. Desses 77, há um destaque: que o interior sempre lidera esse número de estatística, esse número de crimes, de execuções sumárias. Por que que nós tipificamos os crime com características de pistolagem e não crimes de pistolagem? Porque são executados, as características que nós determinamos, são, detectamos, aliás, são utilização de motos para facilitar a fuga, capacetes para dificultar a identificação, utilização de arma de grosso calibre, muitos tiros para se ter a certeza da execução, fator surpresa, também é uma das características também, e outras características que não levam a conotações não só políticas, mas queima de arquivo, vingança. O crime de pistolagem no Estado do Ceará, infelizmente, ele tem sido instrumentalizado, tem sido utilizado como um instrumento para outros tipos de crimes organizados como o roubo de carga, tráfico de drogas, questões políticas também, e outros tipos de crimes organizados que vêm ocorrendo no Estado, clonagem de cartão, na região do Crateús, tem acontecido muito. Então, a pistolagem acabou se tornando, no Estado do Ceará, um instrumento nas mãos de poderosos que lideram as quadrilhas de crime organizado. Dessa avaliação do



relatório, que eu quero já entregar em mãos ao Presidente, ele contém a relação de crimes de 2002, a separação de crimes por Municípios, estatísticas e gráficos, comparamos esses tipos de crimes, uma retrospectiva de 1997 a 2003, o quantitativo, a localização das pistolagens em 2003, um artigo publicado pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos, no dia 18 de agosto, exatamente 1 mês antes, quando ocorreu uma chacina em Limoeiro do Norte, onde 7 pessoas foram sumariamente executadas, com vários tiros, todos na cabeça, 6 delas tiveram suas orelhas cortadas e postas na garganta. Isso é uma simbologia do crime de pistolagem onde as pessoas que escutam não mais falam. Então, nós alertávamos tanto para o crescimento nesse artigo publicado no jornal *O Povo*, que consta nesse relatório, Sr. Presidente, que esses crimes de pistolagem estavam crescendo na região e pedíamos que autoridades de segurança pública tomassem providências para que houvesse uma força-tarefa, uma destinação maior, um cuidado, um trato com aquela região, região do Vale do Jaguaribe. Infelizmente, esses crimes continuam acontecendo e ocorrendo. E o outro destaque que nós colocamos nesse artigo, que consta no relatório, é que em anos eleitorais esses crimes costumam crescer, como cresceram em 2000. Em 2000, um ano eleitoral, nós tivemos aumento, um crescimento na ordem de 51%, em 2002, outro ano eleitoral, esse número voltou a crescer para 92%, comparando com 2001. E aí o nosso receio de que num ano pré-eleitoral — nós já temos números exorbitantes de crimes com características de crimes de pistolagem — e, como todos sabem, em 2004 nós teremos um pleito acirrado, e o nosso receio, enquanto entidade de direitos humanos, é que a gente tenha um derramamento de sangue no Estado do Ceará, onde estarão na mira candidatos a Vereador, a Prefeitos, Prefeitos e Vereadores candidatos à reeleição, cabos eleitorais, sindicalistas, enfim, as pessoas ligadas, direta ou indiretamente, ao pleito eleitoral. Então, quero deixar registrada aqui nossa preocupação quanto ao transcorrer dessa eleição, já que num ano eleitoral, segundo a nossa pesquisa, esses números costumam crescer. Eu quero entregar também à Comissão... Em junho e outubro o Sr. Reginaldo Pedro de Sousa foi assassinado, aliás, ele prestou depoimento na Delegacia de Jaguaribe, 2 depoimentos, onde nesses depoimentos ele constava, inclusive, comentários sobre ameaça de morte do Delegado Eudes Felix, que é Delegado da Delegacia Regional de Jaguaribe. Então,



em outubro, exatamente no dia 9 de outubro, ele prestou o último depoimento e no dia 11 de novembro ele veio a ser executado por pistoleiros da região. Eu trouxe aqui os 2 depoimentos para também entregar à Comissão. Antes de me dirigir a Brasília, eu recebi na semana passada uma ligação onde comunicava do convite desta Comissão para participar desta audiência pública, prestando esclarecimentos, depoimentos sobre esse relatório. E, coincidentemente ou não, não posso afirmar com certeza a finalidade desse acontecimento, na noite do mesmo dia em que ocorreu o telefonema, onde fui comunicado que viria prestar depoimento, meu carro foi arrombado e pertences que tinha dentro — relógio da minha esposa, estava para trocar bateria, livros da minha universidade, paletó —, diversos pertences foram... Todo o carro foi revistado, os bancos foram arrancados, as coisas foram jogadas fora, mas nada do que tinha dentro do carro foi furtado. Então, por medida de precaução, eu prestei queixa e perícia na 34ª Delegacia de Polícia Civil do Estado do Ceará, porque entendi que poderia ser algumas pessoas, que eu não faço menor idéia de quem sejam, estariam procurando alguma coisa, algum documento que eu estivesse a trazer a esta Comissão. A única coisa que tenho comigo, quero ressaltar, é o relatório que trata dos crimes com características de pistolagem e que esse relatório inclusive está disponível no *site*. Então, se por acaso isso ocorreu na tentativa de buscar algum documento, foi uma tentativa em vão, mas por precaução eu fiz esse registro. Queria também deixar aqui com a Mesa presente — e no dia que fui viajar... Ontem, fui procurado pelo Presidente do IBRADEC — Instituto Brasileiro de Defesa da Cidadania —, uma ONG do Estado do Ceará que trabalha na defesa dos direitos humanos, e pediu que eu entregasse a esta Comissão alguns documentos que foram entregues ao Presidente Maxwell Ribeiro, do IBRADEC, de forma anônima, sem identificação de remetente, entregaram na sede, conforme ele relatou, entregaram isso na sede do IBRADEC. E ele informou que achou melhor entregar esses documentos à CPI para posterior encaminhamentos, investigações, e o que for possível analisá-los. O documento que eu acho mais relevante, que trata mais a respeito dessa CPI, é um documento onde relata a instalação do inquérito junto ao Ministério Público da formação de grupos de milícia clandestina formada por polícias militares, para trabalhar junto a uma rede de farmácia do Estado do Ceará com a finalidade de exterminar adolescentes e adultos. Isso está registrado no



Ministério Público, inclusive tem um despacho, na época do General-de-Divisão Cândido Vargas, onde ele encaminha para a Corregedoria e fala o seguinte o despacho: *“Trata-se de denúncia acerca da contratação e realização de segurança privada clandestina por parte da rede de Farmácia Pague Menos a qual estaria contratando policias militares para exterminar adolescentes e adultos.”* Encaminhou à Corregedoria. O despacho está com a Corregedoria. É o seguinte: *“os fatos delatados tipificam crimes hediondos, inclusive tortura, a apuração há que ser feita através do serviço de inteligência, simples sindicâncias não bastam. Assim, provoca-se a instauração de investigação a ser feita em conjunto pelo serviço de inteligência da Polícia Militar e Polícia Civil para apurar: 1 - contratação e realização de segurança privada clandestina em afronta à legislação federal; 2 - para manter a lotação de servidores policiais para a realização do referido esquema de segurança clandestina; 3 - tortura de adolescentes por policias militares e 4 - uso desse esquema de segurança para extermínio de adolescente e adulto, configurando crime hediondo”.* E sugere-se que seja fixado um prazo para conclusão na investigação. Assinado pelo Corregedor-Geral Dr. Helder de Mesquita, a qual eu passo à Mesa, ao Sr. Presidente, em nome do Instituto Brasileiro de Cidadania. E, por fim, outros documentos que chegaram ao IBRADEC, também de forma anônima, que eles pediram que encaminhasse à Mesa após posterior avaliação. Em minha explanação, falei da questão do arrombamento do meu carro. Antes de finalizar essa parte do relatório, temos a preocupação, enquanto entidade de direitos humanos no Estado do Ceará, enxergamos que, infelizmente, a pistolagem vem vencendo as autoridades de segurança pública no Estado do Ceará. Constantemente, em jornais, a gente tem notícias, quase que diárias, de execuções. Creio eu que esse relatório ainda não consta todas as execuções, acho que esse número é bem maior do que o apresentado. E lá, no Ceará, é indiferente, não sei se acontece em outros Estados: pistoleiro e mandante não entram em recesso, a pistolagem continua atuante, principalmente no final do ano, onde ocorrem também maior quantidade de crimes de pistolagem. Esse tipo de crime de pistolagem no Estado do Ceará deixa a população totalmente atônita. Recentemente, uma Comissão, inclusive o Deputado Luiz Couto participou, esteve em Limoeiro do Norte promovendo audiência pública, local onde ocorreu a chacina com as 7 pessoas, e eu acho que deu para sentir um



pouco o medo que reina naquela cidade, é o mesmo medo que reina em toda região do Vale do Jaguaribe. A cidade está dividida não só pela questão política, mas pela questão do medo. As casas são fechadas literalmente, há quase um toque de recolher, e às 9h da noite todos os restaurantes fecham, as casas fecham. Uma cultura antiga do interior, onde as pessoas ficavam com as cadeiras em frente à casa no interior, quando ainda podiam fazer isso, não mais o fazem. Então, a cidade, literalmente, fecha às 9h da noite, quase que um toque de recolher. Isso é uma coisa que ocorre quase em toda a região do Vale do Jaguaribe, consequência desse número de crimes que tem acontecido, tanto do caso do radialista Nicanor Linhares, como da chacina que acabei de tratar. Por fim, queria relatar aqui quando da primeira vez que comecei a elaborar esse relatório, desde 1997, ele foi apresentado à imprensa pela primeira vez no final de 2002. Na época, publiquei um artigo que falava da pistolagem no Estado do Ceará, também já falamos da região do Vale do Jaguaribe. Infelizmente, essa publicação na imprensa acabou se tornando uma coisa muito direcionada à minha pessoa, desculpa. Nós que trabalhamos, acho que a Dra. Ana Rita conhece muito isso, trabalhamos com direitos humanos e na luta contra a impunidade, costumeiramente recebemos ligações, intimidações, ameaças, mas, infelizmente, isso faz parte do trabalho de quem luta pela defesa dos direitos humanos. Mas quando a ameaça se torna mais objetiva, mais forte, temos que tomar nossas precauções. Então, após a apresentação desse relatório e a publicação dessa matéria no jornal *O Povo*, onde falava da pistolagem, fazendo um quadro agravante, explicando quais eram os focos na região, tive uma ameaça de morte por telefone, no meu celular, que foi gravado, e achei que ainda não era muito grave, tratava-se só de uma intimidação mais dirigida à entidade do que à minha pessoa. Mas, infelizmente, essas denúncias continuaram e recebi ligações telefônicas na minha residência, a minha esposa e o meu filho de 7 anos também receberam um telefonema, inclusive sofrendo ameaça de morte. Então, quando a coisa acontece com a gente, que está à frente dessa militância, sabemos mais ou menos como nos proteger, às vezes não sabemos tanto, talvez pensamos que sabemos nos proteger, mas quando isso ocorre com a nossa família, com a minha esposa e com o meu filho, literalmente o mundo desaba, a gente fica um pouco perdido, porque se torna responsável pelas atitudes e acaba



causando um constrangimento. Por causa dessa ameaça, inclusive não está presente, mas quero agradecer ao Deputado João Alfredo. Houve reunião com o Secretário de Segurança Pública, onde foi solicitada segurança, na época não existia PROVITA no Estado do Ceará e tive que me afastar da minha esposa, morar um tempo fora, meu filho teve que se separar de mim também. Quer dizer, minha vida virou um transtorno. Passei um ano para poder me restabelecer, mas acho que a causa é maior. Como dizia meu conterrâneo Dr. Mário Mamede, direitos humanos é uma coisa que a gente consegue facilmente entrar para militar, mas dificilmente você consegue sair, você se torna um pouco responsável. Então, foi aberto um inquérito. Prestei queixa na delegacia e fiz questão de que fosse apurado com todo rigor para que as pessoas pensem muito com cuidado ao pegar o telefone e ameaçar familiares, inclusive criança de 7 anos de idade. Então, coloco-me à disposição desta Comissão para qualquer esclarecimento desse relatório e parabenizá-los pelo trabalho. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao Delegado Guilherme Sérgio Tavares Cavalcante por até 20 minutos, prorrogáveis caso haja necessidade.

O SR. GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE – Meu nome é Guilherme Cavalcante, sou Delegado de Polícia Civil do Estado do Ceará e professor da universidade. Ao longo desse tempo, tenho procurado conciliar a prática da atividade policial com as teorias sobre a violência e isso tem me permitido, tem ampliado o alcance sobre esse fenômeno tão nefasto e tão antigo quanto a própria civilização, a começar pelo mito de Abel e Caim. Queria, na oportunidade, em nome do Deputado Bosco Costa, Presidente desta Comissão, e do Deputado Luiz Couto, Relator, cumprimentar todas as autoridades e demais presentes nesta audiência. Procurarei ser breve, pelo cansaço e pela adiantado da hora. Entendo que tive o privilégio de conhecer o Dr. Regino Pinho, quando ambos fazíamos parte do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas do Estado do Ceará: ele, como Coordenador da Associação de Parentes e Amigos das Vítimas da Violência do Estado, e eu na condição de representante da Secretaria de Segurança Pública, indicado que fui na gestão anterior. Em minhas leituras, a respeito da violência, certa vez fiquei surpreso com um dístico que dizia assim: Morte à França, Itália nela, que



são as siglas iniciais da máfia. E fazendo uma leitura a respeito do surgimento dessa organização criminosa, que seria, vamos dizer assim, o padrão para todas as outras, ela surgiu por uma causa nobre, que seria a libertação da Córsega do domínio francês para passar para o domínio italiano. Só que eles elegeram como lógica e como prática o direito de matar os opositores, ou aqueles patrícios ou conterrâneos que eles entendessem que estariam traindo aquela causa nobre da independência. Isso foi levando a uma deformação daquele espírito inicial de liberdade e gerou esse monstro moderno do crime organizado. Então, eu quero crer que a conformação que o crime atinge hoje no Brasil ele tem mais ou menos etapas que atingem outras sociedades. Então, hoje, alguns defensores, aquelas máximas de bandido bom é bandido morto, ou de que a sociedade deve se defender utilizando o mesmo recurso do crime, que é a violência. Então, hoje começa eliminando bandidos à margem da lei, depois estão eliminando desafetos, depois estão eliminando por extorsão, ou em busca de lucro fácil. Eu quero crer que diante dessa circunstância não corresponde a nós o papel de Thomaz de Torquemada, que foi o inquisidor-mor e torturou e matou milhares de pessoas em nome de uma crença na inquisição espanhola. Mas entendo que a omissão ela tenha um peso tanto, igual ou maior do que a prática do crime. E ouvindo atentamente aqui os depoimentos, sobretudo da Dra. Ana Rita, brilhante depoimento, demonstração de coragem da mulher brasileira, e ela dizia esperar que esta Comissão lograsse êxito. Eu até com os meus botões disse: ela já logrou êxito. Ela logrou os 2 maiores êxitos. O primeiro foi de que o Estado brasileiro e a sociedade brasileira reconhecesse esse estado de beligerância que está instalado entre nós e a impotência que nós temos um instrumental que se tornou impotente, inadequado, anacrônico para vencer. Quando a Comissão esteve lá, o Deputado Luiz Couto com a Dra. Eliane Nobre e o Dr. Percílio, entre outros, notou-se que havia um certo clima de terror. As pessoas tinham medo de falar. As pessoas tinham receio de contar os seus dramas pessoais. E a Comissão conseguiu criar uma catarse de tal monta que de repente todas as pessoas quiseram falar seus dramas pessoais, quiseram contar as perseguições que tinham sido vítimas, dos familiares e entes queridos que tinham sido vítimas da violência. Alguns até se dispuseram, se despiram dos seus compromissos, e se dispuseram até a vir aqui falar. Então, acredito que esta Comissão logrou êxito. Eu acho que talvez possa



parecer nesse primeiro momento hiperdimensionar um fato, mas penso que nós podemos falar na história do combate à violência antes e depois da Comissão que investiga os crimes de pistolagem contra os grupos de extermínio. Eu fiz aqui algumas anotações. Na minha visão é preciso que a gente não perca a dimensão da totalidade. Se ouvirmos os relatos ou os depoimentos, os subsídios que a Comissão já colheu, segundo eu ouvi falar, em Estados, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Ceará, todos eles são muito candentes, todos eles são diferentes da história oficial. Então, é preciso que a gente se dispa da hipocrisia e admitir que nós temos um problema grave. E é um problema que demanda soluções de *manus longa* da Justiça, do Estado de direito, que ele se estabeleça definitivamente, e não é só no Nordeste. Acredito que o Nordeste, por características culturais, isso tenha uma repercussão maior. E entendia que haveria necessidade de colocarmos, sugerirmos 3 níveis de intervenção do Estado, que seriam medidas de curto prazo ou emergenciais — emergenciais para ontem —, medidas de médio prazo e medidas de longo prazo. Não sei se estou atravessando aqui o encaminhamento normal da Comissão. Mas está patenteando... Os números falam por si. Esses números do Ceará, se você imaginar 77 pessoas, 77 famílias que estão hoje chorando seus mortos. São números de uma guerra. Isso no Ceará. E antes que nós tomemos a missão de ... pessoas ameaçadas como o próprio Dr. Regino fez o relato da monstruosidade que é se ligar para uma criança de 7 anos e se intimidar. Então, esse estado de coisas não pode continuar. Nós entendíamos que até abrigados pelo art. 144 da Constituição Federal ele diz aqui: *“A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio através dos seguintes órgãos:..”* E lista os órgãos. Polícia Federal inclusive. Mais adiante no §1º, inciso I, ele diz que compete à Polícia Federal *“apurar infrações penais contra a ordem política e social, ou em detrimento de bens e serviços de interesse da União, ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual...”* — que é o caso. Essa chacina de Limoeiro do Ceará é antológica. Sete pessoas foram chacinadas e suas orelhas cortadas e colocadas na boca. *“...ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser a lei”*. Então, diante desse inferno de Dante, nós sugeríamos que a Comissão



encaminhasse a sugestão. Eu creio que na estrutura da Polícia Federal já há um setor que cuida dessa questão específica, mas seria um redimensionamento desse setor que passaria... poderia ter a nomenclatura de núcleo de proteção aos direitos da pessoa humana, aonde fosse instalado um banco de dados específico para crimes dessa natureza, aonde se avaliasse... se fizesse nos Estados, as forças-tarefas fossem distribuídas a todos os Estados que apresentassem esse tipo e essa natureza de problema. A Constituição Federal abriga a intervenção da Polícia Federal. Há uma súmula do antigo Tribunal Federal de Recursos que diz: *“Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual”*. Então, esse núcleo teria coordenadores dos Estados que estivessem sendo atingidos por essa questão. Esses coordenadores cruzariam esses dados, coletariam, classificariam os documentos recebidos, ou seja, seria uma ação do braço do Executivo concomitante ao trabalho que a Comissão vem realizando até para ter uma resposta mais imediata, como colocou o Deputado João Alfredo, da necessidade emergencial. Incluiríamos também aí as medidas de médio prazo que o Legislativo poderia trabalhar concomitante a essas ações imediatas, que seria a alteração na legislação com restrição à progressão de regime, de regime fechado para semi-aberto, de semi-aberto para aberto, em caso de crimes contra a vida. O Brasil é uma das únicas legislações do mundo em que a pena maior é cometida ao crime contra o patrimônio e não contra a vida, porque isso reflete a visão das elites, o despreço e o descaso com a vida humana de seu povo. Então, é preciso que a gente reverta essa questão. A maior pena do direito brasileiro é cometido ao crime do latrocínio, onde a preocupação é porque roubou e não porque matou. A morte é o crime meio para o fim que é o roubo. Ora, o que vale uma carteira ou um par de tênis ou um carro, que seja, diante da vida humana? Então, é preciso que a gente tenha sintonia com esses novos tempos que nós vivemos. Quantas conquistas nos vieram de 1988 até agora? Quantas conquistas? Mas é preciso que isso se implemente. Então, entre as medidas de médio prazo, nós sugeriríamos a alteração na legislação com restrição à progressão de regime, a destinação de emendas do Orçamento para presídios específicos para execução da pena nos crimes tidos como de pistolagem, ou seja, naqueles de homicídio qualificado, entre outros. Estou colocando como início para debate. E como medidas



de longo prazo essa reversão... a introdução da cultura da vida, que ela não figurasse apenas como uma coisa à parte, mas que fizesse parte da nossa práxis, com a introdução de disciplinas já no pré-escolar ou no ensino fundamental, como ética, cidadania e direitos humanos. Essa introdução, essa terceira fase, ela obrigatoriamente teria de ter a concorrência da sociedade civil organizada, o concurso para a sua implementação, poderia ter um Ministério que se incumbisse dessa função, mas é inolvidável, é imprescindível a capilaridade dessa tentativa com a introdução das cadeiras de ética, cidadania e direitos humanos a partir do ensino fundamental e com o concurso de igrejas, de clubes de serviço, do Ministério da Educação, das secretarias estaduais de educação, da imprensa, pelas Comissões de Direitos Humanos, enfim, células que atuassem sobretudo nos bolsões de miséria, nesses 50 milhões de excluídos, para que eles percebessem que o caminho a adotar não seria a eleição da violência para a solução dos conflitos. Que busque isso, que busque se combater a cultura da violência do Estado como resposta inadequada à violência de um caldo de cultura que se formou. Seria a introdução de um paradigma para o combate à violência que seria do controle legal, aquilo que a Dra. Ana Rita se reportou, mas que não deve se cingir apenas aos doutos, àqueles que trabalham na percepção criminal ou aos delegados ou ao Ministério Público ou aos oficiais de polícia ou ao Poder Judiciário. O controle legal da violência tem de estar presente em todos, porque ela vem se tornando um recurso que a sociedade vem utilizando. A gente vê aí a questão da violência doméstica, a gente vê aí os absurdos dos crimes de abuso sexual, a gente vê aí a intimidação que o poder econômico procura muitas vezes colocar para as pessoas mais frágeis economicamente, enfim, tornar viva essa questão e não burocratizá-la. Seria institucionalizá-la, mas torná-la perene e viva. Uma verdadeira cruzada, uma cruzada com uma práxis. Sem pretender me tornar aqui messiânico, mas os números são grandiloqüentes. Seria, o armagedon se avizinha. Esses reclamos, essa demanda da urgência poderia inibir um aspecto que o Deputado Luiz Alberto e o Deputado Geraldo Thadeu colocaram, de que a CPI poderia ter seus trabalhos se não interrompidos, porque não serão nem esvaziados, mas poderia ter os seus trabalhos prejudicados por conta desse temor das pessoas de vir depor, por conta das pessoas aceitarem a violência como um recurso normal. Então, se o Executivo



puдesse, como um movimento de pinça, instituir, a partir da Polícia Federal, em parceria com as polícias estaduais, instituir esses núcleos que dessem um tratamento específico a esses dados e examinasse onde houve, será que houve só, vamos dizer assim, a obsolescência do aparelho de segurança pública estadual, ou será que houve a impotência do Estado em tomar medidas, ou será que houve omissão ou, pior ainda, como ela colocou, houve a convivência criminosa, a condescendência criminosa? Então, esse grupo ele teria essa tarefa de entrar com o rigor legal, porque o que intimida bandido não é o projétil, não é a bala, o que intimida o bandido é a lei, o que intimida o criminoso é a lei, isso é que intimida o bandido. O que humilha o bandido não é ele ser morto heroicamente, não, como estão sendo recrutados jovens nas periferias e até jovens de classe média e classe alta estão sendo recrutados para o crime, porque para eles é heróico tombar no confronto contra as forças do Estado. Nós temos de quebrar essa lógica da juventude. O que é humilhante para eles é ficar atrás das grades, o que é humilhante para ele é mostrar a censura social a um ato em que ele agrediu a sociedade. Então, nós percebemos é que os instrumentos são inadequados, há uma impotência, há uma dispersão, quando não há omissão ou, até mesmo, há convivência ou condescendência criminosa em alguns casos. Eu queria encerrar aqui agradecendo o convite que me foi formulado pela Comissão, enaltecer o trabalho do Deputado Bosco Costa, do Deputado Luiz Couto e de todos os que compõem esta Comissão, dizer da necessidade de se demonstrar para a sociedade brasileira o tamanho do trabalho que foi desenvolvido, a parede de silêncio que está sendo paulatinamente quebrada, trazendo um assunto desse naipe para a discussão. E eu, por fim, vi certa vez... eu ministro aulas de sociologia e teoria política na Universidade Estadual do Ceará e tem um autor que eu acho brilhante quando ele fala sobre essa questão dos valores, sobre o quadro de valores de cada época. E ele certa vez ele se refere à questão da crise orgânica, da hegemonia, das categorias e ele diz o seguinte: quando ocorrem esses momentos de crise, ele diz, é porque a velha, os velhos modelos morreram, mas não deixam o novo nascer. A cultura da violência está ferida de morte, mas ela se debate, ela é uma fênix e nós precisamos prosseguir nesse combate, no bom combate, como dizia São Paulo. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Passo a palavra ao nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu teria muitas indagações, se algum Parlamentar quiser, porque talvez nós tenhamos de pegar documentos que foram colocados aqui e fazer diversas indagações tanto ao Dr. Guilherme como ao Regino. Em primeiro lugar, dizer, Sr. Presidente, que o choro aqui do companheiro Regino é um choro de quem vê essa situação toda aí. E eu diria que o artigo que ele publicou, no dia 5 de novembro de 2001, lá no jornal *O Povo*, na coluna *Opinião*, é tão atual e que aquilo que ele dizia lá mostra que pouca coisa foi feita para o combate ao crime organizado, porque, na realidade, além daquilo que foi dito, que é uma cultura da violência, há uma cultura também dentro de segmentos do aparelho policial de que isso é coisa normal, ou seja, matar gente é normal. Parece que hoje há algumas coisas que são importantes, quer dizer, prender. E a gente sabe que até no crime organizado, no tráfico de drogas, normalmente, os grandes empresários do crime organizado, do tráfico de drogas, não estão presos. Alguns conseguiram, a gente sabe de alguns que foram presos e que fugiram, é o exemplo de Fernandinho Beira-Mar, que só se conseguiu prendê-lo novamente porque ele fez uma relação com a guerrilha da Colômbia. E como lá conseguiram prendê-lo e ele disse que viria para o País para contribuir, aqui chegou, desdenhou, zombou, inclusive da Comissão de Segurança Pública, e nada contribuiu para o desbaratamento da ação do crime organizado. Esse choro — não tenha vergonha de chorar — é o choro do amor, o amor pela causa dos direitos humanos, pela causa da Justiça e o amor também que existe para ver um filho, de 7 anos, uma esposa, sendo ameaçados de morte por meio de um telefonema. Tudo isso mostra que nós temos que enfrentar. Eu acho que o depoimento do Dr. Guilherme, em que ele coloca que há 3 níveis de intervenção: intervenções emergenciais, de médio prazo e de longo prazo. Ou seja, tudo aquilo que a gente possa fazer para o enfrentamento do crime organizado. Eu pergunto ao Deputado Guilherme se ele gostaria de fazer algumas perguntas, porque, depois, eu as faria e alguns teriam um tempo maior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o nobre Deputado Guilherme Menezes.



O SR. DEPUTADO GUILHERME MENEZES - Sr. Presidente, Deputado Bosco Costa, Deputado Luiz Couto, eu gostaria apenas de parabenizar já que, possivelmente, nós estamos aqui vivendo os momentos finais desta última reunião desta CPI, parabenizar pela qualidade dos trabalhos, pela qualidade também das pessoas que têm aceito convites para aqui poderem prestar informações, esclarecimentos a respeito de crimes ocorridos pelo Nordeste, particularmente hoje com a presença da Promotora Dra. Ana Rita Cerqueira Nascimento, lá da Bahia, de Santo Antônio de Jesus; do Dr. Guilherme Sérgio Tavares Cavalcante, do Ceará; do Dr. Regino Antônio de Pinho Filho, e dizer da importância, que foi reconhecida há pouco pelo Dr. Guilherme, desta CPI. Ele chegou a anunciar que o crime organizado pode ser visto sob 2 óticas: antes desta CPI e depois. Por que é importante uma CPI como esta, que, de forma corajosa e prática, tem buscado chegar à causa de tantos crimes? Porque o bandido não pode ser o paradigma, o referencial, o exemplo para as nossas crianças e os nossos jovens. Infelizmente, em várias regiões do Brasil os grandes bandidos se tornaram como se fossem estrelas, astros, para a nossa juventude, bem-sucedidos, com carros importados, com casas de luxo, com tudo aquilo que o mundo moderno possa propiciar de conforto. E a CPI vem para dizer que o bandido está à margem da lei, ele é bandido e deve ser punido de acordo com o que preceitua a lei. Eu queria, portanto, Deputado Luiz Couto, parabenizar V.Exa., Deputado Bosco Costa, e todos aqueles que têm andado, têm viajado, incansavelmente, por todos os Estados do Nordeste, e todas essas pessoas que têm dedicado os melhores momentos de sua vida ... e às vezes, mesmo sem querer, colocando em risco entes queridos, pessoas queridas, porque a escolha é individual, mas as conseqüências nem sempre são individuais. Quem anda, palmilha esse tipo de caminho por um compromisso muito maior, o compromisso com a vida, com a decência, com o Estado de Direito, o compromisso para que o Brasil seja realmente um País mais digno de todos nós e de nossos filhos. Eu quero concluir parabenizando, mais uma vez, esta CPI, que, com certeza, há de cumprir o seu grande papel, e a partir do enriquecimento também de orientações trazidas por profissionais, como o Dr. Guilherme, o Dr. Sérgio Tavares, aqui, nesta manhã, que é um Professor universitário, que possam enriquecer também os nossos trabalhos parlamentares nesta Câmara dos Deputados.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado ao Deputado Guilherme. Os parabéns são para toda a Comissão, daqueles que acreditam. E V.Exa., como membro desta Comissão, sabe da importância que tem de nós continuarmos as investigações e convocar também os partidos, independente da ... porque essa questão não é questão de partido, é questão suprapartidária, todos nós devemos enfrentá-la. Ou seja, é uma realidade que merece não obstrução, mas que todos se unam, e a verdade possa aparecer. Nós não podemos, o Parlamento não pode ser espaço para encobrir possíveis crimes, omissões, conivências, condescendências, participação e outros temas que poderíamos utilizar com relação ao crime organizado e à pistolagem, como uma das vertentes do crime organizado. Eu começaria, Sr. Presidente, com o artigo do Regino, que foi de 5 de novembro de 2001. Lá, ele já citava algumas estatísticas. É claro que quando ele escreveu o artigo, ele já tinha uma referência com relação a 2000, que é um ano eleitoral, e que houve um crescimento, o resultado que ele tinha desde 1997, que aí passa de 8, depois vai para 18, 25, 45 e, até a data em que ele mandava o artigo para publicação, até setembro de 2001, 25 casos eram registrados. Eu pergunto ao Regino, que além de militante de direitos humanos, também é militante com relação a que você fazia parte da Associação de Parentes e Amigos de Vítimas de Violência — APAVV, que no Ceará tem um trabalho muito importante, que nós verificamos naquela audiência que aconteceu na Assembléia. Você fala de muitas famílias vitimadas, fala do empresário Nestor Teixeira, que foi eliminado em 1997; do Prefeito de Acaraú, João Jaime, em 1998; do motorista do Prefeito de Pacajus, Simão Filho, em 1999; do economista Cláudio Góes, em 2001; das jovens da região do Cariri, a publicitária Luiza Alexandra e a funcionária pública da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, inclusive alguns deles que foram colocados em relação com a Paraíba, naquela região próxima a Cajazeiras; de Maria Eliane Gonçalves, em junho desse ano, no caso, 2001, e do advogado José Wilson. Eu pergunto: os inquéritos sobre esses casos, o senhor tem algum conhecimento da tramitação como é que se encontra? Foram arquivados? Continuam? Alguém foi acusado? Houve pronúncia, denúncia? Tem alguém condenado, ou continuam esses casos na impunidade?



O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO – Deputado, a questão da impunidade dos casos que eu citei, o Prefeito João Jaime, tem outro caso que não citei que é emblemático, também, que é do jovem Tiago Fontenele, que foi vítima de crime com característica de pistolagem e que o caso dele já passou por 9 delegados. Até hoje não chegou nem à Justiça. Então, dificilmente, ou, às vezes, a Polícia consegue chegar aos pistoleiros. Mas nunca consegue chegar aos mandantes. Então, todos esses casos que eu li, aí, até hoje, não temos nenhum mentor intelectual, nenhum mandante preso. Então, nesses casos, por exemplo, do Prefeito de Acaraú, João Jaime, que foi vítima e foram indiciados 2 Deputados, que eram primos, parentes da vítima, e um Vice-Prefeito, também, que era parente da vítima, esses casos, também, não conseguiram. Até hoje continuam na impunidade. Então, os processos continuam parados. O caso do empresário Nestor Teixeira, que era o único caso que nós tínhamos contabilizado, assim como um caso resolvido, onde o mentor intelectual e o pistoleiro estavam presos, houve uma reversão do processo, uma novidade no processo. Houve um novo julgamento e eles foram absolvidos. Então, nós, do Ceará, eu, cremos que essa CPI, não só para o Ceará, creio que para todo o Nordeste, ela é tão representativa porque para a população é uma luz, é uma esperança de que nós consigamos sair, assim, do caos da insegurança pública e da violência que reina em nosso Estado. Então, assim, quero deixar bem claro que durante a ida do senhor até Fortaleza, até o Estado do Ceará, muita gente nos procurou, assim, quase que pedindo socorro, ajuda, para que essa Comissão investigue e apure, tente reverter, assim, o quadro de insegurança que nós vivemos no Estado do Ceará. A população continua aterrorizada, assim, a Secretaria de Segurança Pública no Estado do Ceará está literalmente dividida. Há insatisfação muito grande quanto à sua direção, e esperamos que em breve possamos ter a reversão desse quadro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com certeza, e já tem requerimento aprovado para uma audiência pública no Ceará. Vamos marcar isso, quando do reinício das atividades, em fevereiro, e que nós vamos, inclusive, solicitar não apenas a força-tarefa, mas que a força-tarefa depende da vontade do Governador, do Comandante da Polícia, de Secretário, de outros organismos. Nós temos que solicitar para o Ceará uma operação da Polícia Federal, com um grupo de elite, que



não seja do Ceará, não desconfiando, mas de pessoas que vão, lá, para fazer um trabalho de inteligência, de informação. E, aí, verificar, porque, de fato, nós verificamos essa situação da convivência é muito forte. Há uma certa convivência de não se aprofundar. Eu solicitaria, inclusive, tanto do Regino como do Dr. Guilherme, para que fizessem um levantamento sobre os números desses inquiridos, desses processos, para que nós pedíssemos cópia de todos eles, para que a Comissão possa analisar e fazer os devidos encaminhamentos, solicitando, no caso daquele inquirido, por exemplo, de 9 delegados, aí tem que haver representação contra esses delegados. O que aconteceu? E eles vão ter que explicar, ou seja: sim, o que foi? Houve interferência? Quem mandou? Se não fizeram, por quê? Agora, não dá para fazer. E a Justiça, que tem um tempo, também, para... o Ministério Público, que estava vinculado. Tudo isso nós temos que... Por isso que é importante essas cópias desses inquiridos para que nós possamos convocar, inclusive, as pessoas. Então, a gente gostaria que vocês pudessem mandar os números dos inquiridos, dos processos, para que nós pudéssemos solicitar cópias deles às autoridades, a quem de direito. Ainda no seu artigo, você fala de mentores intelectuais, mandantes — mandantes, é claro, que com frieza premeditam o assassinato —, e também fala de pessoas que são... E o Dr. Guilherme levantou aqui a questão do aliciamento de jovens para o crime. Uma característica básica é que a maior parte dos executores — pelo depoimento que nós tivemos lá, do Dr. Guilherme, que é promotor —, em alguns casos, começam a ser preparados desde pequenos, outros, desde os 14 anos; aos 16 anos já começam a atirar, mas a faixa é até 30 anos. Quer dizer, dificilmente há um pistoleiro que tenha... A não ser que ele faça aquilo que foi dito pelo Prof. Ricardo, que é a terceirização do crime. Ou seja, o pistoleiro já contrata mortes, mas ele não faz, porque ele quer sobreviver. Ele agora é um gerente do crime. Ele agora faz a intermediação e paga parte do que recebeu para que outro pistoleiro novo possa executar a tarefa. Em todas essas situações dificilmente se consegue descobrir o autor ou os mentores intelectuais. Há uma dificuldade muito grande porque as pessoas... Há um crime de terror. Quem começa a querer falar é eliminado. Tem o caso aqui do Reginaldo Pedro de Souza, que queria depor para dizer que o Delegado Eudes Félix estava sendo ameaçado de morte e, ao sair da delegacia, onde foi e não conseguiu falar, teve sua vida ceifada, então mostrando



que, dentro do próprio sistema de segurança pública, está a maior parte daqueles que se vinculam a esse tipo de atividade criminosa. O mandante, no caso do Nicanor, como é um caso de um radialista que já foi, teve vinculação com mandantes, mas, mesmo assim, os mandantes, quando são denunciados, eles começam a desqualificar a ação da investigação, do Ministério Público, do Judiciário, dos defensores de direitos humanos. E V.Exa. coloca, com toda a clareza, que essa situação precisa de ação integrada, de ação articulada, de ação permanente, porque o grande problema é que, quando acontece um fato... Aí eu chamaria a pedagogia do urubu, que vê carniça e chega. A carniça terminou, desaparece. Não podemos admitir esse tipo de ação policial que só age quando a carniça está ali e o urubu chegou. E dar uma satisfação para a sociedade. Tem que ter uma ação permanente, porque o crime organizado, quando ele descobre que a polícia já sabe do *modus operandi* deles, da forma como eles agem, eles têm um laboratório para criar novas formas. Não é isso? Eu queria que o Dr. Guilherme e o Regino dissessem se é isso mesmo.

O SR. GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE - Eu acho que o senhor, além do magnetismo pessoal e da força moral que o senhor repassa, tem acuidade muito grande na percepção da alma humana. E, efetivamente, para que... Pode ser que, em algum momento, a gente... Eu estou falando em tese porque, se você for falar sobre Fulano eu tenho que estar respaldado juridicamente. E por isso que é importante a presença do núcleo porque aí faria esse trabalho — o senhor pegou rápido —, um trabalho de inteligência, pessoas que não sejam suscetíveis a pressões locais, ou pressões de natureza política ou do Executivo, ou até mesmo de intimidação, para poder fazer seu trabalho isento. Mas eu concordo com o senhor que a polícia... ou muitas vezes ele não conclui o seu trabalho e quero crer que se na maioria das vezes não conclui seu trabalho porque lhe faltam condições, lhe faltam meios ou lhe são retirados meios, ou porque ele é intimidado. Essa intimidação vai desde a questão funcional até a intimidação física, como é sabido, o senhor soube do caso do Dr. Eudes, e eu quero crer que se não houver, aí é que está o grande mérito da Comissão, se os poderes executivos estaduais, e isso a gente tem dito, quem faz a persecução, o início da persecução criminal — eu não quero entrar aqui na disputa institucional, se o Ministério Público deve ou não deve,



se pode ou não pode investigar —, mas da forma como está posto quem inicia a perseguição criminal, a investigação são as polícias estaduais, as polícias judiciárias. Se elas não tiverem uma garantia para o exercício desse *munus* o inquérito não vai ser concluído, ou porque vão lhe retirar as condições de trabalho, viaturas, meios, telefone, homens; ou porque ele vai ser transferido; ou então porque ele termina por aceitar aquela coonestação, passa a fazer parte de uma convivência. Então, essa é a razão que o senhor colocou da necessidade...os poderes executivos dos Estados ou a legislação federal precisa assegurar aos delegados condutores de inquérito de crimes contra a vida sobretudo, há possibilidade de efetuar o seu mister. Porque hoje estamos está lá em Jaguaribe e ele fez, a Comissão esteve lá, no dia 13 de junho há uma fita dizendo que vão ser... Houve um programa de televisão, dizendo que todas as garantias iam ser dadas ao delegado e, na semana seguinte, o delegado foi transferido. Então, é preciso que a legislação atente que o delegado de polícia precisa ter alguma garantia com relação à sua remoção, foi uma pergunta, acho que o Deputado Geraldo fez, sobre os juízes. Os juízes têm a garantia da inamovibilidade, eles só saem ou por desídia grave ou então quando querem. Eu não digo que os delegados cheguem a esse nível, mas é preciso que haja até um controle social, um critério e o delegado, eles não saíram porque a população se revoltou. A população praticamente fechou as saídas de Jaguaribe e disse que ele não ia sair de lá. Mas a portaria foi feita uma semana depois de terem prometido as condições para o mister do seu trabalho. Estou pegando um caso emblemático, há necessidade que se dê garantias, primeiro para que as pessoas possam falar, segundo para que as pessoas, sobretudo os investigadores — vamos dizer assim — primários, que são os delegados de polícia, possam exercer o seu mister. Poderia se colocar, por exemplo, numa lei orgânica das polícias se está investigando crime de morte ligado a crime organizado, ele não pode ser transferido, a não ser que haja uma denúncia, uma suspeição, alguém argua uma suspeição: “*Não aquele delegado é corrupto ou ele é conivente*”, e, com provas eficazes, retirar ele do caso. Mas o que há não, hoje o delegado está ao talante, pasmem, falando genericamente, de chefes de quadrilhas chegarem e dizerem assim: “*Você vai sair.*” E ele sai. Então se não se criarem condições institucionais para que os delegados de polícia possam



realizar os seus trabalhos, o crime organizado tira e bota o delegado aonde ele quiser, sobretudo no Nordeste.

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Só para complementar, Deputado Luiz Couto, o caso do Delegado Eudes é um caso emblemático. Eu reconheço que o Dr. Eudes passa por momentos muito difíceis e, queira Deus, que não ocorra qualquer tipo de atentado contra a sua vida, mas eu reconheço e diversas pessoas têm informado de ameaças de morte de grupos que já teriam preparado a execução do Dr. Eudes. Inclusive no sábado, quando eu estava em Recife, recebi uma ligação do Dr. Eudes, também de uma forma preocupante e até um pouco nervoso, e avisava para a gente que estava sendo isolado numa delegacia, os policiais estavam sendo liberados, dispensados naquele final de semana, e ele estava quase se encontrando sozinho dentro de uma delegacia e chegou a me dizer que estava sentado numa mesa, com a pistola na mão, olhando para porta, com medo de morrer, e chegou a se refugiar no presídio, com isso. Daí as providências que nós tomamos foi entrar em contato com o Dr. Mário Mamede, o Dr. Nilmário Miranda e pedimos que entrassem em contato com o Governador para avaliar essa situação. Felizmente a coisa foi amenizada. Mas quero reforçar que o Delegado Eudes está sob ameaça de morte, corre esse risco, inclusive ele foi transferido, e só não foi transferido literalmente porque a população não deixou. Mas inclusive a transferência dele era para um local onde havia uma família, onde ele tinha conseguido um dos pistoleiros na cadeia. É como se tivesse pegando a pessoa e colocando na jaula dos leões. Então era uma transferência para um local onde ele correria mais risco ainda. Então isso foi barrado. Mas o próprio Delegado Eudes colocou para a gente a preocupação. Ele atualmente está com o estado emocional abalado. E nós queremos reforçar essa... É claro que ele não tem condições ainda de prestar esse depoimento aqui a esta CPI porque pode sofrer retaliações administrativas, segundo o Estatuto da Polícia Civil, mas eu acho que todo cuidado e todo o esforço que venha a tentar preservar a vida do Delegado Eudes, será o mínimo possível que possamos fazer.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Delegado Eudes Félix que foi convidado e não compareceu e tem motivos, para não sofrer represália, ele pode ser ouvido em caráter reservado para que ele possa apresentar todas as informações e



a CPI possa, a partir dessas informações, solicitar a operação da Polícia Federal para investigar aquilo. Então, seria importante até colocá-lo no programa de proteção, porque, de fato, uma pessoa que sofre essa tentativa de eliminação, que ao invés de receber das autoridades um apoio, vem a transferência, isso significa que o crime, como diz V.Exa., o crime da pistolagem está vencendo as instituições do Estado do Ceará. Ou seja, é fundamental que possamos ouvir o delegado naquilo que ele puder afirmar de forma pública e aquilo que for de forma reservada nós daremos as condições para que ele possa falar. Agora eu queria pegar o relatório que o senhor apresentou. Em 2002, 48 crimes, aí tem todos. O interessante é que em torno de Limoeiro, Tabuleiro do Norte — que alguns já não chamam mais de Tabuleiro do Norte, mas “Tabuleiro da Morte” —, Morada Nova, que fica próximo, depois Iracema. Foi dito lá de um Município, São João de Jaguaribe, como exportador de pistoleiro. Tem alguma informação?

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Matéria-prima.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é, eu gostaria de saber mais dados, se vocês têm dados sobre essa questão. Qual a cidade pequena?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É? E inclusive há uma briga lá de um grupo com outro, ficam se matando também, pistoleiros. E eu queria alguma coisa sobre aquelas duas pessoas que foram assassinadas e queimadas. Eu queria que vocês falassem sobre aquele último caso que aconteceu.

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Dois policiais do Rio Grande do Norte.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dois policiais no Rio Grande do Norte. Nas informações que foram dadas, há conexão muito forte entre a ação que acontece naquela região e na outra região também. Pega ali a Chapada do Apodi, mas também pega a Chapada do Araripe, do outro lado, de conexão do lado de lá com o Rio Grande do Norte e com a Paraíba; do outro lado, com Pernambuco, Bahia. Ou seja, a questão dos cartões, dos “cartãozeiros”, eles têm mais vinculação com o Piauí, com aquela região de lá. Mas eu gostaria de verificar sobre a situação das conexões e desse último crime que aconteceu lá.



O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Vou fazer uma introdução aqui. São João de Jaguaribe de fato é uma cidade emblemática, como se fosse exportadora de pistoleiros, como se fosse uma escola de pistoleiros. Inclusive há um chavão, o conjunto das pessoas de lá diz que, quando a criança nasce, o pai bate nas costas e diz: “*Esse vai ser um matador de homem.*”, como se aquilo fosse uma virtude. Então, também existe muito, pela proximidade de Limoeiro do Norte, há muitas matanças também por questões de vingança entre famílias. Acontece muito. Mas essa região de São João de Jaguaribe já chegou a ser um dos focos piores do que Limoeiro, do que Tabuleiro. Então, quanto à questão dos dois corpos — na época o senhor estava lá —, eles foram encontrados carbonizados e com mais de 22 tiros os 2 corpos. Informações de pessoas da região é que aqueles 2 policiais que teriam vindo do Rio Grande do Norte teriam vindo com a missão de executar o Delegado Eudes. Supostamente teriam vindo com essa missão. Isso não tem como a gente comprovar, mas inclusive o Delegado Eudes não tem essa afirmação. Eu, conversando com o Dr. Simão sobre esses 2 corpos, no início foi falado de uma suposta queima de pistoleiros lá na região. Ainda não tinham certeza se aquilo era uma execução, mas após os laudos cadavéricos emitidos... Sempre nós solicitamos os laudos para confirmar, não só confirmar a morte, mas o *modus operandi* como isso é realizado. Então, esses laudos cadavéricos que estão aí nesse relatório mostram, assim, uma característica típica, que os tiros, geralmente, ou quase sempre, são na cabeça ou na região torácica, que são regiões fatais. Mas nesse caso dos 2 corpos queimados, até o próprio IML teve dificuldade em identificar a quantidade de tiros que esse 2 policiais do Rio Grande do Norte tiveram em seus corpos, devido ao estado de carbonização muito acentuada. Se o Dr. Guilherme quiser complementar...

O SR. GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE - Eu queria me louvar numa entrevista que foi concedida há coisa de uns 10, 15 dias atrás a um órgão de imprensa, ao jornal *Diário do Nordeste*, do Ceará, pela professora doutora em Sociologia, professora da Universidade Federal do Ceará, Peregrina Capelo Cavalcante. Inclusive é um comentário sobre um livro que ela lançou, que talvez seja, eu diria, a literatura mais avançada, mais esmiuçada sobre a questão da pistolagem no Brasil, sobretudo no Nordeste. Me fugiu aqui à memória o título do



livro, mas posso depois encaminhar um... *Como se cria um pistoleiro* é o título do livro, da professora doutora da Universidade Federal do Ceará, Peregrina Capelo Cavalcante. Então ela diz o seguinte: que a colonização do Ceará foi feita com base na pecuária. Então, vieram de Pernambuco os grandes criadores e eles entraram pela Chapada do Araripe e seguiram o Vale do Jaguaribe e lá se estabeleceram. O Vale do Jaguaribe — há a Chapada do Apodi — é fronteira com o Rio Grande do Norte. Atravessou a Chapada, está no Rio Grande do Norte. E ali se criou uma cultura de violência, porque se formaram grandes *haciendas*, grandes fazendas, e se estabeleceram grandes proprietários rurais. A ausência no Estado no início do século atrasado, 1700, 1800, cada fazendeiro daquele seria... Criou-se o chamado coronelismo, que é a nossa cópia cabocla do feudalismo. Então, cada pecuarista, cada grande latifundiário tinha a sua milícia própria. Ele recrutava, entre os seus moradores, aqueles moradores que tinham contratos de meio e de terça, ele recrutava alguns filhos para fazerem parte de sua milícia. Faziam o treinamento, faziam rituais de iniciação, faziam rituais de devoção ao senhor, ao patrão. Então, eles seriam capazes de tudo por aquele senhor. Então, é toda uma cultura desenvolvida secularmente tanto na região do Vale do Jaguaribe quanto na região do Vale do Acaraú, que é onde aconteceram esses crimes, o do Prefeito João Jaime etc. São pistoleiros, o Pantifa etc., são pistoleiros, são senhores pecuaristas que vieram do Piauí e se estabeleceram também no Vale do Acaraú, embora a questão do Vale do Jaguaribe seja, vamos dizer assim, tem uma dimensão maior devido a essa proximidade fronteira com o Estado do Rio Grande do Norte e, mais ao sul, com o Estado de Pernambuco. Para se ter uma idéia, antes da adoção dos nomes desses Municípios — são mais ou menos 13 ou 14 Municípios que compõem essa mesorregião —, ela tinha o apelido de Riacho do Sangue, porque havia o rio, ele fica permanentemente vermelho pelo número de mortes que ali aconteciam. Seria uma região...

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Ele servia de desova, não é?

O SR. GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE - Servia de desova. Então, nos conflitos, eles matavam, jogavam os corpos ali no rio — estou me louvando na história do Ceará, nos grandes Raimundo Girão, Peregrina Capelo Cavalcante — e o rio ficava vermelho. Então, o nome de toda aquela região



chamava-se Riacho do Sangue. Essa cultura ela vem.. a Peregrina coloca isso, ela se modernizou. O pistoleiro hoje, diz ela, não anda mais a cavalo, ele anda na moto. Ele usa o capacete, como diz o Dr. Regino, para dificultar a identificação, mas todos têm os seus rituais de iniciação e todos têm o seu padrinho. Não existe pistoleiro sem padrinho, não existe pistoleiro sem mandante. Ninguém é pistoleiro por ser só pistoleiro. Inclusive a grande maioria deles ainda hoje tem um santo de devoção. Eles usam um escapulário. O escapulário é uma medalha tecida, de tecido. Todos usam o escapulário. Então, a forma de você identificar um pistoleiro será se ele estiver usando escapulário. Escapulário é aquele santo que está protegendo o corpo dele. Então, essa questão cultural só poderá ser vencida com uma nova cultura, que seriam aquelas medidas de médio e longo prazos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Foi importante sua colocação, porque há alguns depoimentos que mostram que fazendeiros dos Estados vizinhos dão guarida a pistoleiros que se escondem por um tempo. Não é que eles ficam acuados, eles ficam escondidos enquanto vem um novo negócio. Essa vinculação também mostra essa relação de que o pistoleiro não age sozinho. Não há aquele pistoleiro... Até no início ele era chamado pistoleiro de aluguel. Alguém o alugava para que ele pudesse realizar. Tem até uma história lá, no meu Estado, de que havia um pistoleiro na região de Conceição, que ele matava, mas era o primeiro a entrar na igreja, antes de todo mundo, e era o último a sair. E aí um dia perguntaram para ele por que ele fazia aquilo e ele disse: *“É porque eu mato, mas venho rezar pelas almas daqueles que foram”*. Daí essa questão que se coloca de uma vinculação religiosa, como se tivesse uma proteção, já que eles têm outra proteção, talvez a proteção para encobrir a proteção que eles têm — de fazendeiros, de empresários, de políticos — e que eles não querem, ou sabem, se disserem, poderão também ser vítimas de eliminação ou de execução. Mas eu voltaria àquilo que o Regino colocou. Nos anos eleitorais há um crescimento. Aí me vem uma hipótese. Nos anos eleitorais, o dinheiro sujo corre solto nas campanhas — ou seja, dinheiro do tráfico de drogas, do roubo —, tem que fazer com que esse dinheiro possa se transformar num dinheiro limpo. E o fato de que pistoleiros são contratados, é claro que, quando alguém contrata, ele tem o poder. Ele tem dinheiro para pagar para o pistoleiro, tem para pagar para os olheiros, tem que pagar para o policial que deu proteção e, parte



desse dinheiro, a comissão pode ser para a caixinha da campanha do candidato A, B ou C; ou seja, na realidade, lavagem de dinheiro. É o que aparece nessa situação toda, lavagem de dinheiro. E esse dinheiro é usado nas campanhas, para pagar os trios elétricos, os showmícios, para pagar gasolina, para comprar voto, etc. Esse é um aspecto interessante. Mas eu pergunto ao Regino: Regino, você foi e continua ameaçado, tanto você como a família, de onde ou de quem? É claro que você disse que aí o telefonema, mas o que o senhor acredita que venham... tenham partido essas ameaças. Ou seja, pelo que eu sei, seu telefone deve estar grampeado, porque, se recebe uma comunicação e, logo depois, vem já um telefonema ameaçador, dizendo: *“Olha, você vai, mas cuidado com o que vai dizer, porque pode retornar e não ter mais telefonema”*. Alguém que tem, ou seja... Pergunto se já foi solicitado... O grande problema de saber que é grampeado é porque em 5 minutos eles desgrampeiam tudo.

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E aí, quando você manda para a polícia, vai aquela tramitação toda. Depois de um mês vem e não tem mais grampeamento.

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Depois, quando acaba, já está grampeado de novo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hein?

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Depois, quando acaba, já está grampeado de novo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Eu acho que esse negócio que tem que é uma... A burocracia tem sido responsável, porque muitos crimes não são desvendados, porque, quando se decide de fazer, ou seja, eu chamaria isso aí a “burrocracia”, ou seja, é no sentido de impedir que se chegue à verdade. E aí, quanto mais tempo, melhor, porque o criminoso já tem tempo de desaparecer. Você tem... Você acredita de quem, de onde partiriam essas ameaças? E qual foi o encaminhamento que teve a queixa registrada pelo senhor junto à delegacia?

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Certo. Primeiro, foi feito o boletim de ocorrência. E uma das coisas, assim, que nós pensamos seriamente era se tornava aquilo público ou não; mas a conclusão e a certeza que nós temos agora é que, qualquer pessoa ameaçada, o mais correto é “publicizá-la” — a ameaça —, e



não guardá-la, porque, aí, você intimida e acaba sendo alvo disso. Foi feito o boletim de ocorrência, foi aberto um processo no Ministério Público, inclusive, veio uma carta, na época, do Ministro José Gregori, também, pedindo que o caso fosse apurado, mas, infelizmente, não chegaram a encontrar, porque as pistas eram poucas, eram telefonemas gravados, cartas enviadas para a minha residência, de forma apócrifa, com recortes de jornais. Inclusive, essa carta, quem recebeu foi minha esposa, que fala, no final, “t” de TN. A gente conclui que isso era um pistoleiro de Tabuleiro do Norte, mas quero deixar bem claro que a gente, quando sofre, assim, uma ameaça de morte — e eu quero aqui pedir desculpa, quando eu toquei nesse assunto, se me descontrolei um pouco...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, você não tem de pedir, não, isso é...

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Porque sempre quando eu falo nesse assunto, mexe com o emocional e porque meu filho, na época, tinha 7 anos e até hoje ele está em tratamento psicológico. Porque é que nem acontece num assalto, com seqüestro de bancada, às vezes, uma criança passa a noite inteira com a arma na cabeça. Então, antes, quando eu dava alguma entrevista sobre direitos humanos, na televisão, meu filho tinha alegria, ficava satisfeito, ficava contente quando eu dava essa entrevista; hoje, quando ele me vê na televisão, ele fica preocupado; ele já não quer mais que eu apareça na televisão, com receio; a minha esposa também. Quando se tem 3 fontes que você possa imaginar que estejam lhe ameaçando, mais prudente é não informar qual dessas fontes publicamente você desconfia, porque, se não, você deixa as outras 2 bem à vontade para executar algum tipo de crime. E toda a responsabilidade cairia em cima dessa pessoa que nós “publicizássemos”. Então, por exemplo, se eu tenho 3 pessoas que desconfio, não tenho a certeza das 3 e afirmo que é essa que eu acho que estaria me ameaçando, coloco as 2 bem à vontade para me executar. Então, de fato eu não tenho a certeza de onde saiu esse tipo de...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei, agora você tem um... e, aí, poderia, depois, no final, você colocar em caráter reservado para a gente, para que pudesse haver investigação. Não pareceria que não teria publicidade, mas seria importante que você pudesse, depois, dizer... ou então para o Presidente e o Relator — mesmo que não seja gravado aqui —, para que a gente pudesse tomar ou encaminhar



alguma providência com relação a até a fazer umas diligências, não é? Ou informação ou trabalho de inteligência, para identificar se tem isso aí. Depois a gente conversa.

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Vou solicitar ao Ministério Público, à Secretaria de Justiça, o processo, para saber até onde o andamento dele ocorreu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Uma coisa que me chama a atenção, Regino, é, mesmo sendo documentos de alguém que mandou sem se identificar, lá para o...

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Maxwell.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... Maxwell, o Instituto Brasileiro de Defesa da Cidadania, são documentos oficiais. Ou seja, é alguém que está por dentro; significa que é alguém que é uma autoridade policial, mas tem receio, porque, infelizmente, no Ceará, é isso aqui. Quer dizer, lá, em outros Estados, quando alguém se apresenta é... ou seja, algo que aconteceu com o Delegado Eudes, não é, e do seu afastamento. E, aí, normalmente, como disse o Dr. Guilherme, que o poder político, o poder econômico é muito forte e termina dizendo: "*Você vai sair daqui*", e sai mesmo. Não tem jeito para que ele não saia, não é? Primeiro porque... e acho que a sugestão do Dr. Guilherme de que quando alguém esteja... ou seja, investigando crimes contra a vida etc, que essas pessoas não possam ser afastadas do inquérito, a não ser que haja casos de denúncia grave ou com onda de suspeição contra aquela pessoa. Eu vejo, Sr. Presidente, que a documentação é parte de inquéritos, ação trabalhista, ação da Corregedoria da Polícia do Ceará, ação do Ministério Público, Procuradoria da República. Como esses documentos foram encaminhados aqui, e a identificação é que nós possamos também...

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Deputado, o senhor me permite?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Desses documentos, que eu não tive tempo de lê-los, o que eu acho mais relativo a esta Comissão é essa denúncia de formação de segurança clandestina privada por policiais militares.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.



O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Acho que essa... inclusive ela seria... algumas pessoas teriam sido assassinadas em frente às farmácias por esses grupos clandestinos. E aí, inclusive, eu vi no relatório, tem o laudo dessas pessoas, o depoimento das pessoas que foram torturadas...

(Intervenção inaudível).

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Isso. Foram enviadas para a Comissão de Direitos Humanos. A própria OAB entrou com esse processo e até hoje esse processo não caminhou. Tanto é que tem um parecer do General Cândido Vargas, que era o Secretário de Segurança Pública, na época, no ano passado, pedindo que as providências fossem tomadas, porque se tratava de um assunto muito sério. Então, esse... Por coincidência, nessa rede de farmácia, alguns clientes foram executados, creio eu, de forma...num tiroteio. Muito assaltante assassinado, mas também muito... alguns clientes foram vítimas dessas balas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, Sr. Presidente, umas perguntas que eu farei, para concluir, tanto para o Regino quanto para o Dr. Guilherme. Com relação ao Dr. Guilherme. Dr. Guilherme, o senhor é Delegado da Polícia Civil. Antes, o senhor foi membro da Polícia Federal, não foi?

O SR. GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE - Eu entrei na Polícia Federal aos 18 anos, mediante concurso público, em 76. Assumi em 77. Fiquei até 1981. Fui lotado... só tive 2 lotações. Trabalhei em Curitiba e depois voltei para o Ceará. Concluído o curso de Direito, foram abertas as inscrições para Delegado de Polícia Civil, do meu Estado. Eu já estava lá, prestei concurso, consegui aprovação e fiquei, e permaneci lá, na Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E hoje está lotado na...

O SR. GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE - Na Academia de Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Polícia Civil.

O SR. GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE - Eu já tive... já fui Delegado Distrital do 9º Distrito, do 4º Distrito. São áreas de Fortaleza. Fui Delegado Adjunto de Entorpecentes, hoje é Narcóticos. Fui Delegado titular da Narcóticos, fui Delegado de Defraudações. Depois, fui Assessor Administrativo do Secretário Vicente Carvalho, até foi ex-presidente da Ordem, Seção do Ceará. Depois, fui



Delegado-Geral. Hoje, a nomenclatura é Superintendente da Polícia Civil. Depois, nessa última gestão... passei alguns anos à disposição da Universidade Estadual e retornei quando assumi a Assessoria Jurídica na gestão passada. Nessa gestão, fui deslocado para a Academia de Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Durante esse período que o senhor foi Delegado de Polícia Civil, alguma vez o senhor foi colocado na geladeira, como Delegado que... ou não teve nada disso com o senhor? Tem alguns delegados que são colocados na geladeira.

O SR. GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE - Fui colocado na geladeira. Em 1986, eu assumi a Delegacia-Geral, justamente no ano eleitoral, quando era Secretário o então ex-Deputado, acho que Dr. Claudino Sales, foi Deputado Federal, e à época era Procurador-Geral do Estado e foi deslocado para as funções de Secretário de Segurança Pública. E eu fui convidado. Eu era assessor administrativo e fui convidado para ocupar a Delegacia geral. Era um ano eleitoral. Foram eleições muito tensas à época. O candidato era o doutor, hoje Senador, Tasso Jereissati, pelo PMDB, e pelo PFL era o coronel Adauto Bezerra. Foi uma eleição muito tensa, ocorreram... Até um ex-Deputado Federal, Deputado Iranildo Pereira, também na região do Cariri incendiaram o carro dele, houve muitos fatos assim, porque a eleição se acirrou muito, e nós fomos com essa tarefa de assegurar ou tentar assegurar um pleito mais tranqüilo. O episódio que eu sempre gosto de fazer graça é que o Deputado Iranildo diz: *"Incendiaram o meu carro, mas eu estava dentro. Não esqueça de dizer"*. (Risos) Mas ele conseguiu sair ileso do incêndio. Houve coisas interessantes. Um incêndio numa cervejaria de um empresário que apoiava o Dr. Tasso. E a perícia disse que foi combustão espontânea: a cerveja pegou fogo sozinha. E coisas típicas das circunstâncias. Depois desse período, concluída... Houve necessidade de tropas federais, o Exército participou das eleições em 18 Municípios, alguns do Vale do Jaguaribe, mas a eleição conseguiu se ferir num clima de relativa tranqüilidade no que tange... Fora algum sopapo a um e a outro, troca de empurrões e tapas, não chegou a haver nenhum crime de morte decorrente da eleição. Depois da eleição, não sei qual móvel ou quais as razões, eu fui colocado na geladeira.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Escanteado. É comum essa... Porque, no caso de transferência sim, ou seja, a transferência de uma espécie também de geladeira para aquela situação lá.

O SR. GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE - Existe, como toda instituição, eu quero fazer aqui uma declaração inicial.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE - Há uma reserva ou um preconceito contra as instituições policiais no Brasil. E esse preconceito vem porque há um erro de concepção nas polícias brasileiras. As polícias brasileiras, elas vieram do Estado e não da sociedade. Então, vieram com D. João VI, quer dizer, que era a presença portuguesa. Depois, elas foram reafirmadas... Os momentos de crescimento foram momentos de excepcionalidade jurídica. Então elas foram reafirmadas com Felinto Müller, no período Vargas, que tem esse lado pavoroso, dizem os livros de história, e novamente foram reafirmadas ou foram... num período de excepcionalidade jurídica de 64. Então, criou-se uma cultura. Tem um livro interessante, que é de uma pesquisadora americana, tive o privilégio de estar com ela, e acho que é o trabalho mais completo sobre a polícia brasileira, chamado *Polícia e Política*, de Martha Huggins. Fabuloso. Recomendo a leitura. E criou-se uma cultura de divórcio entre a instituição policial como agente do Estado e a sociedade. Mas a Confederação dos Delegados de Polícia do Brasil, desde os anos 90, vem trabalhando, eu diria assim, na desconstrução desse mito da polícia arbitrária e corrupta e na construção de uma nova identidade para a Polícia Civil, sobretudo as polícias judiciárias e depois a federal. Estivemos inclusive aqui em 1997, convidados que fomos pela Comissão especial que estudava a segurança pública, o Presidente da Comissão era o Deputado Abelardo Lupion e a Relatora a Deputada Zulaiê Cobra. E a CODEPOL eu o Dr. Aquiles, Presidente, e o Dr. Irapuan Aguiar, foi ex-secretário no Estado do Ceará, apresentamos diretrizes, enfim, a visão da Polícia Civil chamada plano sinal, Sistema Nacional de Segurança Pública, onde havia sugestões que enquanto muitas partes foram adotadas, foram aprovadas para o relatório da Deputada Zulaiê. Coexistem, então, ainda visões distintas, como existem no Parlamento, como existem na Magistratura, no Ministério Público. Existem visões distintas de como deva ser a Polícia Judiciária. Nós nos filiamos a



uma corrente doutrinária chamada Segurança do Cidadão, que entende que a polícia deva servir ao cidadão e não ao Estado ou ao poder político eventual. Para o exercício desse mister, já dizíamos isso desde 1997, à época que a CODEPOL se debruçou — a CODEPOL é a Confederação dos Delegados de Polícia do Brasil que congrega todos... São 15.000 delegados da Polícia Civil e Federal. E Polícia Federal fez uma reconstrução da sua identidade notável, que foi uma polícia muito utilizada, criada até no período de excepcionalidade jurídica, mas que hoje é considerada uma paradigma de uma boa polícia, de uma polícia, digamos assim, extremamente sintonizada com os anseios da população, e existem e coexistem grupos com pensamentos diferentes. Muitas vezes, a figura do chamado “tapete” — não sei como se chama nos outros Estados, em alguns é assim — é quando aquele Delegado ou grupo contrário ou de uma visão diferente à sua diz: não, você vai ficar no tapete. Ou é sem função ou é numa função burocrática. Enfim, numa função em que ele não possa exercer o seu *munus*, ser chamado de “tapete”, ou ele é retirado para um cargo de menor expressão ou visibilidade como dizem na Polícia. O que importa é que, já em 1997, antes, nós já trabalhávamos com essa questão, de que para o Delegado, como ele exerce... O Juiz para fazer o julgamento, ele tem que ter suas garantias, as garantias da Magistratura, inamovibilidade, vitaliciedade no cargo e irredutibilidade dos vencimentos. O Ministério Público, quando conquistou sua independência funcional, em 88, também reforçou, digamos assim, a sua independência para o exercício do seu mister. Os delegados de polícia não conquistaram esse *status* de autonomia, então eles são muito sujeitos à pressão do poder político local, sobretudo nas cidades menores. Eles são sujeitos à pressão do poder econômico. E há quase uma década a CODEPOL vem trabalhando no sentido de que se institucionalize, se faça uma legislação; não é conceder ao delegado as mesmas garantias para o exercício do mister que o juiz tem ou até mesmo Ministério Público, mas é preciso que ele tenha um mínimo de garantias, porque ele pode ter interrompido o seu trabalho no meio de um inquérito. Não é verdade?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Com certeza. Delegado Guilherme, pelo tempo que o senhor está na Polícia Civil, colocando um mapa do Ceará, nós já identificamos na região do Vale do Jaguaribe, a região também da grande Fortaleza,



há uma outra área que é aquela região polarizada por Crateús, que é mais questão dos “cartãozeiros”.

O SR. GUILHERME TAVARES CAVALCANTE - “Cartãozeiros”.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, parece que uma ação que ela corre por todo Estado, que é a questão do roubo de cargas, e há isso aqui. No mapa do Ceará, onde que o senhor poderia caracterizar, fazendo um mapa do delito, dos crimes que acontecem e a vinculação que teria também com essa questão da pistolagem?

O SR. GUILHERME TAVARES CAVALCANTE - Bom, em primeiro lugar, é preciso que a gente compreenda que as instituições, vamos dizer assim, eu não diria que elas andam a reboque, mas a sociologia, sobretudo a sociologia do crime, adquire formatos com as nuvens. Dizia Tancredo Neves que a política era como as nuvens, estava num momento com um formato, depois outro. O crime é mais ou menos assim. Ele adquire formatos com muita rapidez. Ele percebe as fragilidades da comunidade e ele se organiza em cima daquelas fragilidades. Então, há uma questão que a gente tem que se despir das vaidades. O senhor colocou muito bem essa questão suprapartidária, essa questão que não envolve partidos. Ela não depende de humores nem favores. Existe uma questão sociológica que se introduziu no Brasil valores, vamos dizer assim, se “monetizaram” as relações, se retiraram aqueles valores cristãos, quando eu digo em todas as igrejas e se “monetizaram” as relações. Então — eu acho que alguém fez um depoimento —, aquele menino, acho que foi o meu privilégio de ter o Deputado Guilherme Menezes como o meu xará, então, aquele menino lá acha o bandido bem sucedido. Eu até faço um registro aqui: a Dercy Gonçalves, que é uma pessoa de origem muito humilde, disse uma coisa interessante uma vez, por aquela verve dela e coisa... Disse que ela morava num lugar muito sombrio, muito afastado, muito pobre, e disse que as únicas mulheres bonitas eram de um lupanar, uma casa de recursos, que existia próximo da cada dela. E ela, muito pequenina ainda, 10, 11 anos, via todas aquelas mulheres de famílias, aquelas trabalhadoras, maltrapilhas, se vestindo mal, feias e via as prostitutas todas bonitas, engalanadas. E uma vez a mãe dela perguntou: *“Minha filha o que você quer ser quando crescer?”* *“Eu quero ser prostituta”*. *“Por quê minha filha!”* *“Ora, prostituta é bonita. Ela anda toda pronta. Ela tem roupa. Ela usa batom,*



e ninguém aqui mais na comunidade usa isso". Quer dizer, no imaginário infantil, ela não sabia o que era prostituta, mas, no imaginário infantil, aquela era uma imagem de sucesso. Então, o crime organizado ele passa isso para aqueles jovens, sobretudo das regiões mais carentes, de que o bem sucedido é o que se dá bem, é o mais esperto, é o que engana os outros, é o que tem um carro importado. E há todo um ritual de iniciação que antes era o cigarro e a cachaça, hoje é a droga. O menino é de 12, 13 anos é peitado: *"eu quero ver se você é homem se você fumar maconha, ou se você cheirar a cocaína ou a pedra de craque"*. Então, essa cultura, ela tem que ser quebrada. Então, eu entendi o seguinte: que o crime assume formas diversas. E ele reconhece e conhece as fragilidades do aparelho de Segurança Pública. Nós vivemos um momento de fragilidade do aparelho de Segurança Pública a nível nacional, sobretudo as Secretarias de Segurança Pública Estaduais. Nós temos um déficit de... Quando eu estive na Delegacia Geral, a Polícia Civil tinha 3.500 homens. Hoje, ela tem 2.100. Eu fui Delegado-Geral da Polícia Civil do Ceará, há 16, 17 anos atrás. Quer dizer, houve uma redução. Há todo recurso tecnológico que os bandidos hoje têm com muita facilidade. Então, eles reconhecem que há essa fragilidade por isso que a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública foi uma conquista da sociedade brasileira. A instituição do Plano Nacional de Segurança Pública, que é esse socorro que os Estados recebem do Governo Federal em termos de verbas é muito importante. Salvo engano, no período de 1997 a 2002, o Ceará recebeu, salvo engano, 30 milhões de reais do Governo Federal, que ajudou sobremaneira, mas, mesmo assim, não consegue vencer as carências. Então, eu não teria... Um dos pontos básicos para você combater a criminalidade é o chamado banco de dados. E nós temos, hoje, uns 8 ou 9 bancos de dados no País: RENAAM, que é o de carros, o INFOSEG, o INFOPEN, mas eles são bancos de dados divididos. Então, tem 2 estratégias aí, que nós até discutimos. A primeira estratégia seria concluir o INFOSEG, por exemplo, cada procedimento caísse num banco de dados aqui, para saber quem foi o autor, em que pé está aquele inquirido, para a gente ter acesso ou você contratar... Existe uma proposta do Eximbank, é 50 milhões de reais esse banco de dados automatizado, que colocaria todas as delegacias do País *on line* e com os procedimentos sendo acompanhados. Eles financiam 50 milhões, parece que o Governo Federal teria de entrar com 5 milhões.



Essa é uma proposta do Governo americano. Então, hoje, nós não temos... Já foi, no Ceará, introduzido um novo banco de dados, a partir de 1997, já há, digamos assim, um avanço tecnológico, mas eu não tenho aqui esses dados para dizer ao senhor...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tá o.k.

O SR. GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE - ... com certeza, quais as áreas mais afetadas. Eu poderia dizer que um dos caminhos de alimentação, vamos dizer assim, por via terrestre da economia cearense é a BR-116, que é justamente a que passa pelo Vale do Jaguaribe.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo e agora a última pergunta para o Regino. Regino, você, esse arrombamento do seu carro foi quando?

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Foi exatamente no mesmo dia que eu recebi o telefone da Dra. Bete. Foi...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que dia? Está aqui.

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E essa carta você recebeu que dia?

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Essa carta foi após a publicação daquele artigo no jornal *O Povo*, no Ceará, uma semana após.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em 2001?

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO -- E você tem recebido outras cartas?

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Não, não mais.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não mais. Pronto, Sr. Presidente, eu fico contente e passo a palavra para V.Exa., para que outros Parlamentares possam fazer indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Consulto o nobre Deputado João Caldas se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Deputado João Bosco, Relator Luiz Couto, comecei a acompanhar esta Comissão Parlamentar de Inquérito e cheguei à conclusão que se fala muito na violência no Brasil, em recursos, em polícia integrada e, na mídia, segurança nacional, mas haja vista o exposto aqui pelo Dr. Guilherme, que fala sociologicamente das coisas, principalmente quando se fala do Norte e



Nordeste, então, as semelhanças com os outros Estados, para não dizer que são meras coincidências, devem ser meras conveniências. No Estado de Alagoas, ultimamente, o ex-Secretário de Segurança comprou armas com guia falsa do Exército, com guia falsa do Banco do Brasil; não existe a firma que comprou essas armas; essas armas foram pagas com dinheiro adiantado; extermínio de delegado de polícia, um matando o outro; denúncias seriíssimas e não há uma apuração sequer. Engraçado que, ontem, receberam até um prêmio aí, a polícia lá, direitos humanos. Estou estranhando até como foi que recebeu esse prêmio aí ontem. Eu fiquei assim estarecido. Até parece que estão... Essas solenidades precisam ser mais analisadas. E aí grupos de extermínios tem um coronel da polícia preso, ele quer falar e não deixam. Ele está preso há 8 anos. Ele foi comandante lá do crime e tal. Então, para vocês terem uma idéia, os mesmos crimes que ele cometeu, que foi acusado, outros, uma pena para ele, uma pena branda para outros que fizeram a mesma coisa ou que são acusados das mesmas coisas. Esse coronel quer falar, o Coronel Cavalcante, crimes bárbaros. Ele não consegue falar lá, porque nem a Justiça deixa ele falar. Está lá encarcerado. Não fala e não diz. E ele quer relatar, dizer o que está acontecendo e tal. E muito bem, como Dr. Guilherme disse, que, por exemplo, os bandidos, os facínoras, todo esse tipo de gente, são as pessoas que estão sendo realmente imitadas, porque são bem sucedidas, são os que estão na política, são os que estão mandando, são os que estão ricos, são os senhores da morte e da vida. Então, Deputado Luiz Couto, Deputado Bosco, esta CPI, inclusive, vou conversar com o pessoal do meu partido, os que estão aqui nela inscritos, se eles vão ter a responsabilidade de acompanhar isso. Se não, eu vou pedir ao Líder do meu partido para vir para cá, porque se nós não tivermos responsabilidade com a vida, nós não temos responsabilidade com mais nada, e isso tudo porque essas providências não são tomadas. Existem muita coisas aí abafadas, muitas conveniências e que a gente precisa trazer à tona. Agora mesmo, um delegado, Nilson Alcântara, que está sendo acusando lá, disse o seguinte: *“Olha, se me denunciarem, eu vou denunciar o resto. Vou contar a verdade”*. Então, está assim o Estado de Alagoas, mas não saiu uma linha. Só alguns em algum jornal lá, e olhe lá. Os jornalistas todos ameaçados. Então, se abafa, se abafa, não se apura nada. Então, esta CPI tem oportunidade ímpar de, não só no Estado de Alagoas, mas em



todos os Estados, no Rio de Janeiro, na máfia do petróleo. Eu estava na Comissão da CPI dos combustíveis: mais de 40 assassinatos. Foram declinados os assassinatos: quem mandou, porque matou. A máfia não foi sequer citada no relatório. É isso aí: vida não interessa. Morreu? Morreu. Quem está preso é quem morreu. E as famílias ficam fragilizadas e ameaçadas. O que acontece? Aí vêm os parentes, vêm as pessoas que temem pela sua própria vida e se entregam para Deus. Porque não tem Justiça, não tem Congresso Nacional, não tem ninguém extirpando esse câncer da sociedade. Então, as pessoas tendem a se acovardar e a correr, e a violência aumenta. Não é essa violência marginal, não, do desemprego, dos páreas da sociedade, do barzinho do fim de semana. É a violência mesmo organizada, dos bandidos bem sucedidos, da impunidade, do manto da impunidade que continua. Portanto, eu vim aqui mais para prestigiar esta CPI, a vocês, dizer aos depoentes que eles estão aqui, mas nós temos um instrumento hoje muito forte, que é a *TV Câmara*, que está denunciando isso ao País. Não adiante esse plenário estar cheio. É melhor ter quantidade do que qualidade, porque se 3 ou 4, nesta Comissão, quiserem fazer um trabalho sério profícuo, vão longe, nas raízes. E a sociedade vai saber, porque vai para a *TV Câmara*, os documentos vão andar. E, depois, quem sabe, vai chegando cada um, cada um. Não sei se vocês colocaram já um disque-denúncia na Comissão, um telefone, para que as vítimas dessas quadrilhas... Existe, por exemplo, pessoas que estão aí com prisão preventiva decretada aí, livremente, andando, transitando no Brasil, o tempo inteiro. Você vê, para ter um exemplo, o Linha Direta da *Rede Globo*, quantos casos tem? É preciso que a sociedade se valha de um programa de televisão para poder ver seus direitos, para ver a justiça sendo feita. Então, eu acho que o Presidente e o Relator poderiam, inclusive, procurar aqueles jornalistas lá — que devem ter muita coisa, muitas denúncias ali —, fazer um contato imediato com a imprensa, para que essas coisas venham à tona e que a gente resolva. Que se prorrogue esta CPI, porque esta CPI é uma CPI para terminar este mandato, porque as coisas são aberrantes. Eu vi aí, Dr. Guilherme, sua fala, gostei muito. O senhor abrangeu o assunto de uma forma técnica, de uma forma imparcial, mas muito contundente, inclusive, historiando. Então, isso faz muito querer que esta CPI do Extermínio... Ela é a mais importante desta Casa, porque ela cuida da vida. Nós queremos ter ela, para, no futuro, não



precisar mais desse tipo de CPI nesta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - A Presidência agradece as palavras do Deputado João Caldas, lá de Alagoas. V.Exa., Deputado João, chega em um momento oportuno, porque, de todos os partidos, vários membros desta Comissão, muitas das vezes, já deixaram, já pediram a seus líderes para deixar a Comissão, não sei por que motivo ou os motivos. Inclusive, lá no Estado de V.Exa... E esta CPI, que tem pouco mais de 60 dias, já tem vários documentos de todos os Estados do Nordeste, da Bahia ao Ceará, e de Alagoas apenas — eu estive conversando com o nobre Deputado Luiz Couto —, recebeu algumas informações esta semana. E acredito eu que Alagoas não é diferente de Sergipe, ou da Bahia, ou do Rio Grande do Norte. Acredito que devem existir também os grupos de extermínio. Eu acho que se V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Deve, não, existe! Eu fui Deputado Estadual e fui eu que instalei a CPI da Pistolagem, que enfrentamos essa coisa lá. E veja só, apurou-se a ponta do *iceberg*. Então, Deputado Bosco, com certeza, existe e perdura, sob o manto protetor do braço do Estado. O pior é isso. O Governo de Alagoas recebeu denúncias de cidadãos dizendo assim: *“Dia e hora aconteceu isso. Fulano de tal, tal, soldado tal, cabo tal, delegado tal. Está acontecendo isso; foi assim; o telefone é esse; a casa é essa; o endereço é aquele”*. Sabe qual é a apuração? Zero. Então, se não apurarmos, não levamos isso para o Ministério Público Federal, uma força-tarefa... Foi uma força-tarefa para Alagoas e foi embora, pediram para ir embora. Então, tem que estar. Inclusive, é caso de intervenção. Na época, conseguimos intervenção na Polícia Militar e na Secretaria de Segurança. Foi o General Siqueira para a Secretaria de Segurança e foi um para a Polícia Militar. Fizeram um grande trabalho. Saíram de lá — a gente sabe —, por pressão política, porque as coisas estavam andando numa velocidade em que o Maracanã ia ficar pequeno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência tem certeza da contribuição. Conheço V.Exa. como um Deputado irrequieto. Tenho certeza de que V.Exa., vindo a participar desta Comissão, poderá dar uma grande contribuição à Comissão e ao Estado de Alagoas, do qual V.Exa. está Deputado.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, pela ordem. Antes de passar a palavra para os...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Pela ordem tem a palavra V.Exa., Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, acho que o Deputado João Caldas levantou uma questão que era fundamental. Eu, inclusive, vou sugerir a V.Exa. que, como Presidente e Relator possamos ter uma reunião com as Lideranças dos partidos para verificar essa coisa. Veja aqui. Temos no PFL duas vagas de suplente que estão vagas. E o Regimento diz que, caso os Líderes não indiquem, ou os partidos, caberá ao Presidente da Casa indicar.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, do PFL. Do PMDB, uma vaga de suplente. Do PSDB, uma vaga também de suplente. Do PP há uma vaga de titular e outra vaga de suplente. Do PTB, duas vagas de suplente. Do PSB, uma vaga. Do PCdoB há também uma vaga. Agora, como estamos verificando, algumas designações são colocadas mas, por exemplo, está lá que o PTB... Há Deputados da região que conhecem melhor, que poderiam, mas esse é o grande problema que temos. Do seu partido, que é o PL, há Heleno Silva, de Sergipe; Marcos de Jesus, de Pernambuco; Almeida de Jesus, do Ceará; e Edmar Moreira, de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS - Há 3 pastores. Acho que eles vieram para dar extrema unção. Isso já houve, a extrema unção já houve, não precisa mais dela, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Inclusive, como V.Exa. está interessado, acho que é importante conversar com a Liderança para que possamos ter... Sr. Presidente, acho que vamos, a partir daquele documento, que já solicitamos à assessoria da Comissão, para que pudesse fazer o requerimento convocando aquelas pessoas. Uma vez que elas não conseguem falar nas Alagoas, que elas possam falar no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Nobre Deputado Luiz Couto, gostaria de informar a V.Exa. que esta Presidência já enviou expediente aos Srs. Líderes dos partidos pedindo a substituição de alguns Deputados, que não comparecem à Comissão. Mas, atendendo mais uma vez à sugestão de V.Exa.,



vamos enviar expediente uma outra vez, para que os Srs. Líderes possam, de direito e de fato, substituir aqueles Deputados que não têm interesse em participar da Comissão. Esta Presidência agradece aos membros da Comissão, ao nobre Deputado Luiz Couto, irrequieto, trabalhador, que faz um trabalho diuturno. Tenho certeza, Deputado Luiz Couto, que V.Exa. está dando uma grande contribuição ao Estado da Paraíba e ao Brasil. Gostaria também de agradecer aos técnicos que estão trabalhando nesta Comissão. Estamos hoje pelo menos há mais de 6 horas aqui, e isso é comum nesta CPI. É um trabalho que está sendo realizado com muita responsabilidade nesta Comissão. Gostaria também de agradecer aos dois, ao Secretário Regino e ao Delegado Guilherme. Coloco a palavra à disposição dos senhores, para suas considerações finais.

O SR. REGINO ANTÔNIO DE PINHO FILHO - Primeiro quero, mais uma vez, parabenizar a iniciativa desta Comissão. Se alguém pensa que esta Comissão possa acabar em *pizza*, já tenho certeza de que ela não mais acabará, porque ela já surtiu resultados inclusive no Estado do Ceará. As pessoas têm essa Comissão como referencial, como falei aqui, uma esperança, uma luz de que as coisas possam se resolver não só no Ceará, mas no Nordeste. Para finalizar, Deputado Luiz Couto, estive recentemente visitando uma cidade. Na elaboração desse relatório, costumo visitar algumas cidades e conversar com parentes e amigos de vítimas de violências desse tipo de crime com característica de pistolagem. E um senhor idoso me procurou, não quis se identificar, e falou que se tratava de um pistoleiro aposentado. Fiquei até, assim, meio receoso em conversar com ele. Bom, ele tinha lido esse artigo uma vez e falou: *“Eu sei que você faz uma pesquisa. Eu tinha alguma coisa para lhe contar”*. E me convidou a ir até a fazenda dele. Aí eu disse não, vamos conversar aqui mesmo, que é melhor. Essa pessoa, que se dizia pistoleiro aposentado, que nunca mais eu vi, graças a Deus, contou para mim que já era pistoleiro aposentado, trabalhou tantos anos como pistoleiro e agora estava... Aí vem bater com o que o senhor estava falando. *“Agora não preciso mais trabalhar, porque já estou muito idoso, já me aposentei. Então, estou contratando pessoas mais novas para executar esse tipo de crime. Há um treinamento dessas pessoas. São jovens de uma certa idade, com experiência com arma de fogo que passam a atuar.”* Passou a agenciar, a terceirizar a pistolagem, e faz só a ponte com os



mandantes. Os pistoleiros, às vezes, nem sabem quem são os mandantes. A coisa fica mais difícil ainda de se encontrar os mentores intelectuais, os mandantes. Então, isso ocorre de fato. Quando ele falou que era pistoleiro aposentado, não era coisa recente. Quase que eu pergunto se ele estava chateado com a taxaço dos inativos, com a reforma da Previdência. Mas eu não fui tão audaz. É uma informação trágica, mas mostra o quadro de naturalização da violência e da impunidade no Estado do Ceará, e da banalização da vida no nosso Estado. Então, queria mais uma vez parabenizar a todos, ao Presidente, ao Relator e a todos os integrantes desta Comissão, reforçando que esperamos, no Estado do Ceará, que possamos em breve ter uma força tarefa para tentar resolver aquela situação. Muito obrigado a todos.

O SR. GUILHERME SÉRGIO TAVARES CAVALCANTE - Queria ser muito breve, até pelos reclamos do cansaço e da fome. Fiquei imaginando como é que poderia fazer um encerramento, e me vieram à mente duas hipóteses. A primeira seria dar um fecho mais ou menos grandiloquente e evocar a célebre frase de César, às margens do Rubicão: *Alea jacta est* — a sorte está lançada. Quero crer que esta Comissão lançou a sorte do País sobre a questão da violência e da impunidade, e da solução. E me veio à mente um pensamento mais juvenil sobre um verso de uma música que achei que casa um pouco com o que a gente vive agora: *“Um novo tempo, apesar dos perigos, nós estamos na luta”*. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Bosco Costa) - Gostaria, mais uma vez, Deputado João Caldas, de registrar, de dizer a V.Exa. também que a CPI tem poder, que a CPI é soberana, desde que através de requerimento aprovado pelo Plenário, para ouvir qualquer pessoa no Nordeste do Brasil ou no Brasil. Desde que o requerimento seja aprovado, esta CPI pode ouvir preso, solto; só não pode ouvir os mortos, porque é impossível, mas pode ouvir qualquer pessoa que seja necessária para o bom trabalho da CPI. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas antes informando que a CPI não funcionará no período de recesso, voltando suas atividades somente após o dia 15 de fevereiro do próximo ano. Nesse período, a equipe técnica estará realizando uma análise e um compêndio dos documentos até então existentes na Comissão. No entanto, atendendo à sugestão do Relator e do Deputado João Alfredo, com a concordância da Comissão, vou consultar os



demais membros sobre a convocação de reunião para a próxima terça-feira, para apreciação de requerimentos, lembrando que a terça-feira será dia 16 de dezembro e estará dentro do período de recesso parlamentar. Caso a reunião seja convocada, estaremos contando prazo de funcionamento da CPI de um dia. Está encerrada a presente reunião.